

25/04/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Disputa intestinal](#)

[Acomodação instável da crise entre vice e clã Bolsonaro irrita mais militares da ativa](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[Sob protestos, CPI das universidades paulistas é criada](#)

[Tribunal autoriza contratação de gráfica para Enem](#)

[Secretário de ensino superior é nomeado](#)

O GLOBO - RJ

[Isto pode, Witz el?](#)

VALOR ECONÔMICO - SP

[Corte na verba da Ciência é desprestígio, diz ministro](#)

[Escolas de negócios se unem para pensar o ensino digital](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONIA

[Mortalidade de árvores da Amazônia acontece em meses chuvosos mesmo em ano de seca](#)

CATRACA LIVRE

[Bolsas de estudo para estudar na Alemanha, veja como conseguir](#)

PORTAL DE CARAJÁS

[Inscrições abertas para o Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento na Amazônia](#)

AGÊNCIA ESTADO

[TCU autoriza contratação de nova gráfica para o Enem](#)

[Secretário da Educação Superior do MEC é nomeado](#)

BLOG DO LAURO JARDIM

[A autolouvação surpreendente do MEC](#)

PORTAL EXAME

[Quero o lugar do estado](#)

TERRA

[TCU autoriza contratação de nova gráfica para o Enem](#)

[Secretário da Educação Superior do MEC é nomeado](#)

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

[Para que serve o Censo, que corre risco de encolher por corte de verba](#)

Agências de notícias e sites

BAIXADA VIVA

[Jovem de Duque de Caxias consegue estágio na NASA](#)

BANCA DE JORNALISTAS

[Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos](#)

CATRACA LIVRE

[Bolsas de estudo para estudar na Alemanha, veja como conseguir](#)

ESCOLA EDUCAÇÃO

[Processo Seletivo do MEC para professores encerra inscrições hoje](#)

G1

[Mortalidade de árvores da Amazônia ocorre em meses chuvosos mesmo em ano de seca, aponta Inpa](#)

GOVERNO DO GOIÁS

[Pesquisa fomentada pela Fapeg recebe destaque internacional](#)

JORNAL DO SUDOESTE

[Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades](#)

MAXPRESSNET

[Mistura de agrotóxicos encurta vida e altera comportamento de abelhas](#)

PARAÍBA URGENTE

[Jovem caxiense consegue estágio na NASA: 'Existe espaço pra meninas negras'](#)

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

[UEMA é a primeira instituição do Nordeste a ser indicada para associação internacional](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Debatedores pedem fortalecimento da educação indígena](#)

Imprensa Estadual

O DIA - PI

[Wellington defende maior participação da União no Fundeb](#)

ZERO HORA - RS

[Educação domiciliar](#)

Agências de notícias e sites

AMAZONAS NOTÍCIAS

[Curso de capacitação em educação na Irlanda está com inscrições abertas no Amazonas](#)

BROADCAST

[Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP](#)

COMUNIQUE-SE

[Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP](#)

DOURADOS AGORA

[Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades](#)

GAZETA DE VOTORANTIM

[Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP](#)

JORNAL DIA A DIA

[Evento é organizado pelo Centro de Desenvolvimento de Materiais Funcionais e acontece na UFSCar em maio](#)

NEGÓCIOS EM FOCO

[Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP](#)

O DIA - RJ

[Jovem caxiense consegue estágio na NASA: 'Existe espaço pra meninas negras'](#)

PORTAL AMAZÔNIA

[Mortalidade de árvores da Amazônia acontece em meses chuvosos mesmo em ano de seca](#)

JORNAL DA PARAÍBA - PB

[UFCG é uma das 13 universidades brasileiras com vagas em mestrado em Gestão de Recursos Hídricos](#)

R7

[Ministro da Educação debate Fundeb e PNE com senadores](#)

[MEC analisa programa de incentivo ao ensino médio integral](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Disputa intestinal

Funcionários relatam que o Ministério da Educação, comandado por Abraham Weintraub, proibiu o acesso de servidores externos ao restaurante que fica no bloco L da Esplanada. O público era composto na maioria por militares que ocupam os prédios vizinhos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/04/25/para-presidentes-de-siglas-bolsonaro-estimula-carlos-a-atacar-mourao-e-desfecho-da-crise-e-imprevisivel/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PODER

Acomodação instável da crise entre vice e clã Bolsonaro irrita mais militares da ativa

Está se debatendo com a realidade, mas ao menos há ordem unida no seu núcleo central, devoto de Olavo de Carvalho. Lá estão Carlos e seu irmão Eduardo, cercados por rodopiantes dervixes da mesma escola mística de Virgínia, como o chanceler Ernesto Araújo e sua protegida Letícia Catel, o assessor presidencial Filipe Martins e, mais discretamente, o ministro Abraham Weintraub (Educação).

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=48717&anchor=6117453&pd=cf228242055d23fe2da2387541ab1522>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

Sob protestos, CPI das universidades paulistas é criada

Eleito presidente da comissão, deputado estadual do PRB critica o que chama de ‘aparelhamento’ da esquerda na USP, Unicamp e Unesp

A sessão de instalação da CPI das Universidades na Assembleia Legislativa de São Paulo ontem foi marcada por bateboca entre parlamentares e protestos. Eleito presidente da comissão, o deputado Wellington Moura (PRB) criticou o que considera “aparelhamento” da esquerda nas universidades públicas paulistas.

Moura é vice-líder do governo na Casa. A deputada Carla Morando, líder do PSDB, foi eleita vice-presidente da comissão, que possui nove titulares – três deles são de oposição.

O objetivo da CPI, segundo anunciado no Diário Oficial, é “investigar irregularidades na gestão das universidades públicas”. No entanto, como mostrou o Estado na segunda-feira, deputados defendem “desaparelhar” da esquerda as universidades de São Paulo (USP), Estadual Paulista (Unesp) e Estadual de Campinas (Unicamp).

Devem ainda ser discutidas na comissão mudanças na escolha de reitores e na forma como o Estado repassa recursos às instituições, ambas garantidas atualmente pela chamada autonomia universitária. Entre as justificativas apresentadas oficialmente está o fato de USP, Unesp e Unicamp receberem 9,57% da arrecadação do ICMS do Estado. O valor atual está em torno de R\$ 9 bilhões.

Integrantes da União Estadual dos Estudantes (UEE), professores universitários e militantes do PCdoB e do PT foram à Assembleia protestar contra a CPI. Com faixas e gritando palavras de ordem, os manifestantes interromperam os discursos dos deputados. Moura chegou a acionar policiais civis e militares e disse que fecharia a sessão seguinte para o público.

No início da sessão, parlamentares da oposição questionaram Moura sobre o colegiado. O presidente da CPI disse que o objetivo da comissão é investigar os gastos acima do teto e os repasses de recursos do Estado para as universidades. Em entrevista após a sessão, no entanto, Moura afirmou que outros temas podem ser incluídos nos trabalhos do colegiado. “Cobrança de mensalidade é uma coisa que está sendo discutida. O deputado Daniel José (Novo) propôs e acredito que será discutido entre todos os deputados da CPI e da Assembleia. Essa é uma proposta que podemos apresentar a reitores das universidades”, afirmou.

A deputada Professora Bebel (PT) rebateu o colega. “A CPI precisa ter uma questão delimitada. Não pode ser usada para criar políticas de funcionamento das universidades. Há um alinhamento com o governo federal no sentido de culpar os professores universitários e retirar liberdade de cátedra. E ao mesmo tempo caminhar na linha da privatização”, disse a petista.

Moura também voltou a defender a mudança na forma de escolhas da lista tríplice para reitores. “A minha proposta é que a comunidade acadêmica apresente um nome e o governador e os deputados apresentam os outros. Se der empate, o governador escolhe”, disse ele. A Constituição de 1988 garante a autonomia às universidades, o que significa ser responsável por escolher dirigentes e colegiados, currículos, programas, etc.

Suspensão. A deputada Beth Sahnão (PT) pediu ao Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) a imediata suspensão dos trabalhos da CPI das Universidades sob justificativa de que não foram apresentadas razões legais para a sua criação. A liminar da deputada petista foi indeferida ainda ontem pelo tribunal.

Ao Estado, o diretor da Faculdade de Direito da USP, Floriano de Azevedo Marques, disse que intervir nas universidades é inconstitucional. Para o reitor da Unicamp, Marcelo Knobel, dizer que a esquerda domina a universidade é “falta de conhecimento”. “Somos um espaço para debate de ideias”, afirmou.

topo 

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Tribunal autoriza contratação de gráfica para Enem

Decisão permite uso de licitação de 2016 e abre caminho para que a Valid assum a prova; mas nova concorrência deve ser feita para 2020

BRASÍLIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o Ministério da Educação (MEC) a contratar uma nova empresa para imprimir as provas do Enem deste ano, após a gráfica contratada para esse serviço ter declarado falência. A decisão permite a contratação de outra companhia melhor posicionada entre as demais participantes da licitação original.

O TCU abre caminho para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão supervisor do Enem, contratar a Valid S.A., que no pregão de 2016 havia ficado atrás da empresa vencedora, a multinacional RR Donnelley, agora

falida. O contrato é de R\$ 129,4 milhões. Foi decidido que para 2020 será necessário fazer nova licitação.

Antes mesmo da decisão do tribunal, a Valid já havia sido convidada pelo Inep para fazer o serviço neste ano. Segundo a decisão do TCU, no entanto, será preciso à empresa mais do que aceitar as mesmas condições previstas no contrato anterior com a RR Donnelley.

O tribunal determinou que o Inep “fundamente as exigências de comprovação de produções anteriores em estudos que motivem tecnicamente os limites mínimos fixados e considerem a viabilidade de alternativas para assegurar as necessidades da Administração, a exemplo da comprovação de capacidade instalada disponível para atender às suas demandas”. Aí entra um ponto importante: a Valid não atua com impressão de provas.

Os ministros, no julgamento, não trataram de empresas específicas nem se elas teriam capacidade ou não. No entanto, o relatório dos auditores da área de logística havia pontuado que, no site da Valid, “não consta no rol de seus produtos e soluções a impressão de provas, mas de outros tipos de impressão de segurança”. Dada a ausência de atuação nesse setor, há questionamento sobre “a sua real capacidade de atender à exigência relativa ao volume de produções anteriores, exigida como critério de habilitação técnica”. Procurada, a Valid não comentou.

Denúncia. O tema do processo julgado ontem pelo TCU era uma denúncia de que a RR Donnelley foi favorecida por funcionários do Inep na licitação em 2016. Uma concorrente, a gráfica Plural, havia apontado direcionamento por meio da imposição de regras extremamente restritivas no certame.

Na sessão, o TCU reconheceu restrições exageradas, mas decidiu absolver os funcionários do Inep que eram alvo da denúncia. O voto da relatora, Ana Arraes, apontou que o ideal seria a realização de uma nova licitação para o ano atual, mas o prazo está apertado e, diante disso, foi dado o aval para a contratação da próxima empresa na fila. O cronograma previa que o conteúdo das provas fosse entregue à gráfica em junho.

[topo](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

Secretário de ensino superior é nomeado

Último cargo vago no primeiro escalão do Ministério da Educação, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) será ocupada por Ataíde Alves, técnico que já ocupava cargo na pasta desde o governo passado, segundo apurou o Estado. Responsável pelo credenciamento de novas faculdades, a Seres tem grande visibilidade e, por isso, a indicação para o posto vinha sendo disputada dentro do governo. Inicialmente, o ministro Abraham Weintraub pretendia reconduzir Silvio Cecchi, que chefiou a secretaria no governo Michel Temer, mas o nome encontrou resistências no Planalto. Com histórico de atuação no setor, Alves surgiu como a opção.

[topo](#)

O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

Isto pode, Witz el?

Não anda muito atraente o salário de professor substituto na Uerj, com funções temporárias. Amanhã, a prova que cobra graduação, mestrado e doutorado como

diferenciais para dar aula na Faculdade de Odontologia oferecerá ao aprovado o salário-base inferior a R\$ 900 por 10 horas semanais, menos do que um salário mínimo por mês.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL

Corte na verba da Ciência é desprestígio, diz ministro

O corte no Orçamento da União anunciado no mês passado, que atingiu 42% da verba dedicada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), foi compreendido pelo titular da pasta, o ministro Marcos Pontes, como mais um sinal de desprestígio à área de ciência e tecnologia. Para ele, a diminuição dos recursos pode afetar o apoio do governo ao desenvolvimento de pesquisas e inovação no país.

"O próprio orçamento é uma medida dessa falta de prestígio", se queixou o ministro, em audiência pública no Senado.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6225167/corte-na-verba-da-ciencia-e-desprestigio-diz-ministro>

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

Escolas de negócios se unem para pensar o ensino digital

O trabalho em equipe é um elemento essencial de aprendizado nos cursos de MBA. Agora, um grupo de escolas de negócios está praticando o que prega e se unindo para melhorar o ensino digital.

A aliança Future of Management Education (Fome) é um grupo de escolas de negócios que está trabalhando junto para desenvolver ferramentas de ensino on-line. Os membros fundadores incluem a Imperial College Business School, ESMT Berlin, BI Norwegian Business School, Kong Chian School of Business, EDHEC Business School e Ivey Business School. Um dos principais objetivos da colaboração é mudar a percepção de que a educação digital é uma alternativa menor em comparação aos programas presenciais, afirma Nick Barniville, reitor associado da ESMT Berlin.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6225297/escolas-de-negocios-se-unem-para-pensar-o-ensino-digital>

topo ↕

AMAZONIA - NOTÍCIAS

Mortalidade de árvores da Amazônia acontece em meses chuvosos mesmo em ano de seca

Vinte por cento da morte dessas árvores ocorre em janeiro e eventos climáticos podem causar mortalidade até dois anos após o evento

Eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas estão afetando o padrão de mortalidade da dinâmica da floresta amazônica. Estudo que analisou dados mensais de 52 anos de monitoramento de mais de 200 espécies mostrou que a seca (menos que 100 milímetros de chuva por mês) aumenta a chance de morte das árvores, mas elas morreram mais durante o mês chuvoso de janeiro, mesmo em anos de seca extrema.

Janeiro é um mês chuvoso e de transição da estação seca (junho a novembro) para chuvosa (dezembro a maio) e possui alta precipitação e registro de tempestades de

ventos. Árvores debilitadas de uma estação seca severa anterior costumam cair, quebrar, desenraizar durante o período de chuva. Para ter uma ideia do peso da chuva, aproximadamente 20% de todas as mortes de árvores aconteceram no mês de janeiro durante as cinco décadas analisadas. Em setembro, um dos meses mais secos do ano, também há uma taxa alta de mortalidade (12%), porém estatisticamente inferior a janeiro.

“Isso é uma novidade, porque todo mundo sempre fala que a morte das árvores aqui acontece na seca. Com as análises mensais e não anuais ou multianuais como os estudos costumam ser feitos, vimos que a seca é importante para determinar o momento de morte, mas as árvores não morrem imediatamente, e sim nos meses posteriores, porque ficam debilitadas e morrem com os fortes ventos que ocorrem nessa mudança de estação seca para a chuvosa”, explicou Izabela Aleixo, engenheira florestal, doutoranda de Ecologia do Inpa e primeira autora do trabalho “Clima e características funcionais de espécies determinam a mortalidade de árvores na floresta Amazônica” publicado na segunda-feira (22) na revista científica Nature Climate Change.

Segundo Aleixo, a análise dos dados de mortalidade de grandes árvores da Amazônia Central presentes na Reserva Florestal Adolpho Ducke e na Estação Experimental de Silvicultura Tropical, áreas de pesquisa do Inpa, foi possível por conta da longa série temporal que o Instituto possui. Desde 1965, técnicos monitoram todos os meses essas árvores para avaliar as características fonológicas – como as plantas se desenvolvem no decorrer de diferentes fases – e mais recente para ver a mortalidade.

Eventos climáticos

A pesquisa identificou que eventos climáticos extremos relacionados com o El Niño (seca) e La Niña (chuva) e variações no Atlântico Tropical Norte, são acontecimentos globais que afetam os padrões de mortalidade nas áreas da Amazônia Central. Isso está relacionado com eventos de seca ou de chuva extremos e de grandes ventos que são capazes de derrubar as árvores.

Para a Bacia Amazônica, as taxas de mortalidade das árvores variam de 1% a 3% ao ano. No estudo foi encontrada uma taxa de mortalidade de árvores adultas de 0,9% ao ano. Porém, em ano de El Niño como em 1982, essa taxa subiu para 2,5%, e em ano sob a influência do Atlântico, como 2005, a mortalidade alcançou 2,2%, mostrando que esses eventos globais relacionados às mudanças climáticas mais do que dobraram a taxa de mortalidade das árvores.

Os cientistas destacam que as espécies que morrem nesses eventos são espécies de determinados grupos ecológicos, como as espécies de madeira mais leve (baixa densidade da madeira), as pioneiras de rápido crescimento e menos resistentes à seca, e aquelas que permanecem com a copa completa de folhas durante todo o ano, ou seja, não tem a capacidade de perder as folhas sazonalmente durante a seca para evitar a perda de água pelas folhas.

“As mudanças climáticas estão afetando os padrões de mortalidade e a dinâmica da floresta amazônica, isso pode alterar os ciclos hidrológico e o estoque de carbono na maior floresta tropical do mundo e tem um papel importante para todo clima global”, disse Aleixo. “Então, é preciso olhar para as mudanças do clima e entender como isso afeta as nossas vidas, os produtos que vem da floresta e todo os serviços ecossistêmicos

que essas florestas trazem para o mundo todo”, completou Aleixo, que participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/CAPES) na Universidade de Wageningen na Holanda.

Padrão de Mortalidade de grupos ecológicos

As árvores pioneiras (aquelas que crescem rápido e colonizam áreas recém-abertas) ou com densidade da madeira mais leve, como a Andiroba (*Carapa spp.*), Lacre (*Vismia spp.*) e Murici (*Byrsonima spp.*), apresentam rápidos ciclos de vida e são mais suscetíveis a morrer primeiro que as espécies tardias (aquelas que crescem lentamente no interior da floresta), ou que possuem madeira mais densa, chamadas de espécies de madeira nobre, como o Angelim (*Dinizia excelsa*), Casca preciosa (*Anibacanelilla*), Acariquara (*Minquartiaguianensis*) e Massaranduba (*Manilkara spp.*).

As espécies pioneiras e de madeira leve investem mais em crescimento, o que acaba diminuindo as taxas de sobrevivência, enquanto as espécies tardias e de madeira dura investem mais em segurança. As árvores decíduas (aquelas que perdem regularmente suas folhas e permanecem com a copa desfolhada por certo período durante a seca) tiveram uma menor mortalidade quando comparadas às árvores de espécies que permanecem com a copa cheia de folhas durante todo o ano. Isso mostra que a capacidade de ficar sem folhas pode ajudar a planta a evitar o stress da seca, pois diminui a transpiração de água pelas folhas e diminui o peso das copas durante as tempestades.

topo 

CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

Bolsas de estudo para estudar na Alemanha, veja como conseguir

Bolsas de estudos para quem quer aprender o idioma alemão, para quem já tem a graduação e quer se especializar, ou até mesmo para artistas

Um dos países mais desenvolvidos da Europa – e do mundo – a Alemanha está entre os principais destinos para estudantes que querem se aventurar com novas experiências. Conseguir uma bolsa de estudo na Alemanha é o sonho de muitos jovens.

No Brasil, existem algumas instituições que oferecem opções de bolsas de estudos para quem quer morar na Alemanha. Pós-graduação, cursos de idiomas, cursos extracurriculares. Há diversas opções diferentes que comportam todas as faixas etárias entre estudantes.

Pensando nisso, a Catraca Livre fez uma seleção de três instituições que de vez em quando oferecem bolsas de estudo na Alemanha. É importante ficar de olho nos sites e acompanhar os editais, sempre atentando-se às condições para se candidatar às bolsas.

Confira:

CAPES: Bolsas de estudo para ensino superior na Alemanha

A Fundação **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é vinculada ao MEC (Ministério da Educação) para promover a expansão e a consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados do Brasil.

Se você já possui o diploma da graduação, essa é a melhor instituição para verificar a existência de programas de pesquisa na Alemanha e conseguir a tão sonhada bolsa de estudo.

Para se inscrever nos editais, a **CAPES** passou a exigir de todos os candidatos e beneficiários dos programas de fomento da Diretoria de Relações Internacionais o registro no ORCID.

Para acompanhar o lançamento de novas bolsas de estudo na Alemanha, acesse o site. DAAD: Bolsas para intercâmbios na Alemanha

A DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) coordena programas de bolsas de estudos oferecidos a estudantes de mais de 100 países, a fim de promover intercâmbios acadêmicos e científicos.

A DAAD é a opção mais versátil, que abrange possibilidades tanto para quem quer fazer um curso de idiomas na Alemanha, quanto para quem quer fazer pesquisa de doutorado, por exemplo.

Bandeira da Alemanha
Mozarteum Brasileiro: Bolsas para artistas

O Mozarteum Brasileiro é uma associação cultural que visa a produção, a valorização e a difusão da arte e da cultura, por meio da organização e da promoção de espetáculos de música, dança e teatro, por exemplo.

O Mozarteum é a opção para quem é artista no Brasil, e busca por uma especialização na Alemanha. A instituição detém o programa Canto em Trancoso, que reúne bolsistas de vários estados brasileiros. Eles participam de aulas gratuitas de interpretação e técnica vocal com importantes professores, durante uma semana.

Os bolsistas que mais se destacam são selecionados para um período adicional de estudos na Alemanha. Nesta quinta edição do programa, os vencedores da bolsa irão para Chorakademie Lübeck em 2020.

[topo](#)

PORTAL DE CARAJÁS - TEMPO REAL

Inscrições abertas para o Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento na Amazônia

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) publicou o edital de seleção para a primeira turma do programa de Mestrado Acadêmico em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia (PPGPAM). As inscrições já estão abertas e vão até o dia 17 de maio. Para se inscrever, o candidato deverá acessar a plataforma SIGAA, preencher os dados e anexar a documentação exigida.

Vinculado ao Instituto de Estudos em Desenvolvimento Agrário e Regional (IEDAR) da Unifesspa, o programa é estruturado em duas linhas de pesquisa e vai ofertar, nessa primeira seleção, 10 vagas. São habilitados à inscrição os portadores de títulos de graduação nas grandes áreas, conforme definido pela **Capes**.

A seleção dos candidatos será efetuada em 3 fases: avaliação do projeto de pesquisa (eliminatório e classificatório); entrevista e prova escrita (eliminatório e classificatório); e prova de Língua Inglesa e avaliação do Curriculum Vitae (classificatório). As aulas serão ministradas na modalidade presencial, nos turnos matutino e vespertino, conforme

calendário previsto pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (Propit), para o ano de 2019.

Sobre o programa

O planejamento e desenvolvimento na Amazônia implica lidar com as complexidades urbanas e regionais que compõem o mosaico territorial, social, econômico e ambiental dessa região. Nesse contexto, a proposta do mestrado acadêmico visa lidar com a problemática regional e urbana da Amazônia Oriental, tendo em vista o estágio atual de transformações decorrentes da expansão da fronteira agromineral e dos processos extrativos-industriais, responsáveis pelas pressões sobre os recursos naturais e humanos da região Norte, bem como do crescimento das atividades econômicas e intensificação do processo de urbanização, requerendo maior atenção à gestão, ao planejamento e ao desenvolvimento do regional.

O programa objetiva ainda oferecer formação de excelência e recursos humanos voltados à produção de conhecimentos sobre as dinâmicas socioeconômicas, populacionais e territoriais como elementos fundamentais para a compreensão do planejamento e desenvolvimento regional e urbano, particularmente com relação à temática dos impactos das dinâmicas territoriais na Amazônia. Mais informações podem ser obtidas em: <https://ppgpam.unifesspa.edu.br>

Linhas de pesquisa

O PPGMAM possui duas linhas de pesquisa: Economia, Desenvolvimento e Dinâmicas Regionais, que busca realizar pesquisas sobre a dinâmica regional na Amazônia, considerando as estruturas produtivas e os seus impactos para a economia; e Espaço, Território e Urbanização, que objetiva realizar estudos sobre os processos histórico-geográficos e econômico-sociais que levaram à urbanização do território amazônico.

Corpo docente

O Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Desenvolvimento Regional e Urbano na Amazônia é coordenado pelo professor Rafael Gumiero. Integram o corpo docente permanente os professores: Ana Cláudia Duarte Cardoso, Danilo Araújo Fernandes, Giliad de Souza Silva, Harley Silva, José Otávio Magno Pires, José Julio Ferreira Lima e Maurílio de Abreu Monteiro, Rafael Gonçalves Gumiero e Sergio Moreno Redon. O corpo docente colaborador é formado pelos professores Humberto Miranda do Nascimento e Ricardo Bruno Nascimento dos Santos.

(Divulgação Unifesspa)

[topo](#)

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

TCU autoriza contratação de nova gráfica para o Enem

Decisão permite uso de licitação de 2016 e abre caminho para que a Valid assum a prova; RR Donnelley anunciou falência. Nova concorrência deve ser feita para 2020

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o Ministério da Educação (MEC) a contratar uma nova empresa para imprimir as provas do Enem deste ano, após a gráfica contratada para esse serviço ter declarado falência. A decisão permite a

contratação de outra companhia melhor posicionada entre as demais participantes da licitação original.

O TCU abre caminho para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão supervisor do Enem, contratar a Valid AS, que no pregão em 2016 havia ficado atrás da empresa vencedora, a multinacional RR Donnelley, agora falida. O contrato é de R\$ 129.499.988,71.

Antes mesmo da decisão do tribunal, a Valid já havia sido convidada pelo Inep para fazer o serviço neste ano. Segundo a decisão do TCU, no entanto, será preciso à empresa mais do que aceitar as mesmas condições previstas no contrato anterior com a RR Donnelley para realizar a diagramação e a impressão das provas.

O tribunal determinou que o Inep “fundamente as exigências de comprovação de produções anteriores em estudos que motivem tecnicamente os limites mínimos fixados e considerem a viabilidade de alternativas para assegurar as necessidades da Administração, a exemplo da comprovação de capacidade instalada disponível para atender às suas demandas”. Aí entra um ponto importante: a Valid não atua com impressão de provas.

Os ministros, no julgamento, não trataram de empresas específicas nem se elas teriam capacidade ou não. No entanto, o relatório dos auditores da área de logística havia pontuado que, no site da Valid, “não consta no rol de seus produtos e soluções a impressão de provas, mas de outros tipos de impressão de segurança, motivo pelo qual, dada a ausência de atuação nesse setor, o que põe em questionamento a sua real capacidade de atender à exigência relativa ao volume de produções anteriores, exigido como critério de habilitação técnica”.

O tema do processo julgado nesta quarta pelo TCU era uma denúncia de que a RR Donnelley foi favorecida por funcionários do Inep na licitação em 2016. Uma concorrente, a gráfica Plural, havia apontado direcionamento por meio da imposição de regras extremamente restritivas no certame.

Na sessão, o TCU reconheceu restrições exageradas, mas decidiu absolver os funcionários do Inep que eram alvo da denúncia. O voto da ministra relatora, Ana Arraes, apontou que o ideal seria a realização de uma nova licitação para o ano atual, mas o prazo está apertado e, diante disso, foi dado o aval para a contratação da próxima empresa na fila. O cronograma previa que o conteúdo das provas fosse entregue à gráfica em meados de junho para diagramação e impressão.

Um ponto importante do julgamento, que não chegou a fazer parte da decisão final, é a avaliação dos ministros de que não é possível fazer renovações sucessivas no contrato como vinha sendo entre Inep e RR Donnelley. O tribunal deixou claro que, pelas regras atuais, o procedimento de impressão de provas não consta como um serviço de prestação continuada. Então é preciso fazer a inclusão das provas no plano plurianual do Inep e estimar um prazo limite para prorrogação de contratos. No caso específico em julgamento, foi decidido que, para 2020, será necessário fazer nova licitação.

Denúncia

No início do mês, a Valid foi homologada como vencedora de uma outra licitação do

Inep, para imprimir todos os outros exames do órgão com exceção do Enem. O valor desse contrato é de R\$ 143 milhões. Essa licitação é alvo de uma denúncia paralela feita pela gráfica Plural que aponta suposto beneficiamento do Inep à empresa.

Segundo a Plural, existia um esquema de favorecimento do Inep à RR Donnelley desde 2009 e isso teria sido transplantado para a Valid. A acusação aponta a contratação de funcionários de uma empresa pela outra e maquiagem em instalações para comprovar capacidade operacional.

O ex-presidente da RR Donnalley Marco Barro trabalha atualmente para a Valid SA. O representante da Donnalley no Inep durante 10 anos, Amilton Garrau, também estaria ajudando a empresa. A Valid S.A.nega as acusações.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Secretário da Educação Superior do MEC é nomeado

Responsável pelo credenciamento de novas faculdades, a Seres tem grande visibilidade e, por isso, a indicação para o posto vinha sendo disputada dentro do governo

BRASÍLIA - Último cargo vago no primeiro escalão do Ministério da Educação, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) será ocupada por Ataíde Alves, técnico que já ocupava cargo na pasta desde o governo passado, segundo apurou o Estado.

Responsável pelo credenciamento de novas faculdades, a Seres tem grande visibilidade e, por isso, a indicação para o posto vinha sendo disputada dentro do governo.

Inicialmente, o ministro Abraham Weintraub pretendia reconduzir Silvio Cecchi, que chefiou a secretaria no governo Michel Temer, mas o nome encontrou resistências no Planalto. Com histórico de atuação no setor, Alves surgiu como a opção.

O Estado mostrou nesta semana que o Ministério da Educação (MEC) promoveu um “mutirão” nos primeiros meses do ano para acelerar a abertura de novas universidades no País. Pedidos de credenciamento que estavam parados havia anos na pasta foram liberados para análise do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Desde janeiro, o MEC enviou 120 processos de credenciamento de novas Instituições de Ensino Superior (IES) ao conselho. O número é cerca 70% maior do que no mesmo período de janeiro a abril de 2018 e 2017 – quando o ministério encaminhou 71 e 72 processos, respectivamente.

topo ↕

BLOG DO LAURO JARDIM - NOTÍCIAS

A autolouvação surpreendente do MEC

O MEC postou agora em seu site uma autolouvação surpreendente — logo o ministério comandado até duas semanas atrás por Ricardo Vélez.

Sob o título, "Pesquisa aponta educação como destaque do governo Bolsonaro", os responsáveis pelo site pinçam um dado da CNI/Ibope divulgada hoje e derramam confetes em si próprios:

— A educação é uma das áreas do governo de Jair Bolsonaro com melhor avaliação nestes primeiros meses de 2019 (...): 51% dos brasileiros aprovam as ações do governo

em relação à educação.

E seguem o texto listando as medidas tomadas no MEC desde janeiro.

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Quero o lugar do estado

Escolas particulares para a classe C, com mensalidades a partir de 500 reais, são o negócio do momento no mercado de ensino

Uma escola encravada no bairro da Penha, na zona leste de São Paulo, faz parte de um ambicioso plano da empresa de investimentos Bahema. Lá fica sediada a primeira unidade da Escola Mais, que tem 600 alunos matriculados e foge do perfil de instituições em que o grupo está acostumado a investir. A Bahema foi criada há 60 anos e desde 2016 investe em escolas. Costuma mirar instituições voltadas para a classe A, como a Escola da Vila, em São Paulo, a Balão Vermelho, em Belo Horizonte, e a Escola Parque, no Rio de Janeiro, que cobram cerca de 2.500 reais por mês de cada aluno.

Já a Escola Mais cobra 690 reais de mensalidade pelo período integral. Os estudantes têm aula das 7h30 às 15h40, mas podem continuar na escola até as 19 horas sem custo adicional. A instituição atrai, assim, uma grande parcela da classe média que não tem acesso ao ensino particular. A Bahema tem outros sócios na Escola Mais, como a gestora de recursos Mint e a rede de escolas Ágathos Educacional, dona das bandeiras Anglo e Objetivo, as quais, juntas, têm 60% do negócio. A fatia restante está nas mãos dos fundadores, entre eles o diretor e idealizador da escola, José Aliperti. “Enxergamos esse projeto como um motor de expansão da empresa”, diz Guilherme Affonso Ferreira Filho, presidente da Bahema.

Escolas particulares voltadas para alunos de classe média viraram o novo filão do mercado educacional. Enquanto no ensino superior as redes privadas têm 75% dos alunos, no ensino básico e fundamental ocorre o contrário. As cerca de 40 000 escolas privadas têm 9 milhões de alunos no Brasil, aproximadamente 18% do total. A tendência é que ganhem cada vez mais terreno. Uma estimativa da consultoria EY Parthenon mostra que 1 milhão de estudantes devem migrar do ensino público para o privado nos próximos cinco anos.

O Estado brasileiro dá pouco valor às primeiras etapas de ensino. O investimento feito no básico por estados e municípios é de 310 reais mensais por aluno, ante os 1.700 reais por mês no ensino superior, e sobra descontentamento dos pais com a qualidade das aulas, a insegurança das escolas e as constantes paralisações. “Existe uma demanda dos pais de classe média dispostos a gastar para ter a certeza de que o filho está em um ambiente melhor e protegido”, diz o professor Naércio Aquino, especialista em educação da escola de negócios Insper.

Faculdades voltadas para a classe média viraram um filão lucrativo para grandes grupos de ensino, como Kroton, Estácio e Ser Educacional. Atraíram milhares de alunos com mensalidades baixas e financiamento camarada (muitas vezes pago pelo governo). Tinham a seu favor custos fixos baixos, com turmas grandes e um público sedento. Com escolas básicas, a equação é mais difícil. O Ministério da Educação é rigoroso quanto a currículo, tamanho das turmas e instalações físicas, e isso costuma jogar a mensalidade para cima. Além disso, é um setor muito pulverizado, que dificulta o crescimento via aquisições.

Mesmo grandes grupos de ensino que passaram a investir nesse segmento, como a Kroton, miraram instituições de elite, que permitem maiores margens. Mas a nova onda de investidores voltados para a classe C garante ter chegado a um modelo em que a conta fecha. As empresas admitem que as margens são pequenas, mas a escala tende a compensar. “Temos uma função social muito grande, mas conseguimos aliar com um negócio rentável”, diz Aliperti.

Em comum, as redes de escolas com foco na classe média têm planos grandiosos. A Escola Mais está captando 20 milhões de reais para abrir cinco unidades até 2021. Nos próximos dez anos, a meta é ter 100 unidades e 55.000 alunos matriculados. A Escola Luminova, do Grupo SEB, controlado pelo empresário Chaim Zaher e por sua filha, Thamila Zaher, planeja investir 50 milhões de reais.

Até agora a Luminova inaugurou quatro colégios, sendo três na capital paulista e um em Sorocaba, no interior do estado. O plano é chegar a 25 em cinco anos. “Estamos fazendo todos os investimentos com capital próprio. Mas podemos abrir para parceiros e, com isso, acelerar a expansão no futuro”, diz Thamila. As mensalidades começam em 500 reais, porém há uma estratégia para aumentar o valor: o contraturno. Por até 60% a mais, os pais podem deixar o filho em período integral, com aulas diárias de disciplinas como inglês e música.

O contraturno é uma saída também para uma queda natural no número de alunos. Com as mudanças demográficas, o número de crianças tende a diminuir nos próximos anos. Segundo uma projeção oficial, nas duas décadas seguintes, o número de crianças de 0 a 9 anos no Brasil deve encolher de 29,3 milhões para 25,8 milhões. No ensino fundamental, a quantidade de alunos matriculados da 1ª à 9ª série caiu 5% de 2014 a 2018, segundo dados do Ministério da Educação. Em São Paulo, a startup Alicerce nasceu focada apenas no contraturno. Criada pelo ex-presidente da Dental Cremer Paulo Batista, a Alicerce deve começar a operar no segundo semestre, com mensalidades de até 150 reais para abrigar no contraturno jovens de escolas públicas. Cada unidade deve atender 400 alunos.

A Saber, holding de educação básica da Kroton, planeja atingir a classe C por meio dos espaços ociosos em suas universidades. O foco está apenas no ensino médio (de 15 a 17 anos). A ideia é aproveitar a infraestrutura existente nas faculdades e colocar os jovens em contato com o ensino profissionalizante. O projeto já foi posto em prática pela rival Estácio no ano passado, também em fase de teste — as mensalidades são de cerca de 700 reais. Nos últimos cinco anos, o total de matrículas no ensino médio caiu 7% no país, puxado pela alta evasão escolar. O setor privado detém apenas 12,1% do total de matriculados nesse segmento. “Está muito fácil produzir resultados no ensino médio”, afirma Romário Davel, sócio da consultoria Atmã Educar.

Equilibrar custos e qualidade é o maior desafio das empresas que querem ter larga escala. Pagar menos aos professores, segundo as instituições ouvidas por EXAME, não é o caminho. Escolas como a Mais e a Luminova apostam na formação de professores dentro de casa. A Eleva Educação, empresa que tem o bilionário Jorge Paulo Lemann como um dos acionistas, afirma pagar 50% mais a seus professores do que a média das escolas privadas. A empresa tem 37 escolas voltadas para a classe média, com a bandeira Elite, em quatro estados. “Conseguimos isso com uma estrutura simples, sem

laboratórios de última geração, mas com enfoque na qualidade do ensino”, diz Bruno Elias Pires, presidente da Eleva.

A empresa tem como meta manter a média atual de abertura de unidades, de dez por ano. Nos últimos rankings do Pisa, a mais importante avaliação internacional da educação básica, os colégios particulares brasileiros tiveram médias inferiores às dos países ricos em matemática e ciências. Na leitura, obtiveram a nota média dos países ricos. Nos dois casos, estão longe das nações de ponta e muito acima da média das escolas públicas brasileiras. É uma diferença que, para cada vez mais famílias, justifica os 500, 600 ou 700 reais extras gastos por mês.

topo ↕

TERRA - TEMPO REAL

TCU autoriza contratação de nova gráfica para o Enem

Decisão permite uso de licitação de 2016 e abre caminho para que a Valid assum a prova; RR Donnelley anunciou falência. Nova concorrência deve ser feita para 2020

BRASÍLIA - O Tribunal de Contas da União (TCU) autorizou o Ministério da Educação (MEC) a contratar uma nova empresa para imprimir as provas do Enem deste ano, após a gráfica contratada para esse serviço ter declarado falência. A decisão permite a contratação de outra companhia melhor posicionada entre as demais participantes da licitação original.

O TCU abre caminho para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão supervisor do Enem, contratar a Valid AS, que no pregão em 2016 havia ficado atrás da empresa vencedora, a multinacional RR Donnelley, agora falida. O contrato é de R\$ 129.499.988,71.

Antes mesmo da decisão do tribunal, a Valid já havia sido convidada pelo Inep para fazer o serviço neste ano. Segundo a decisão do TCU, no entanto, será preciso à empresa mais do que aceitar as mesmas condições previstas no contrato anterior com a RR Donnelley para realizar a diagramação e a impressão das provas.

O tribunal determinou que o Inep "fundamente as exigências de comprovação de produções anteriores em estudos que motivem tecnicamente os limites mínimos fixados e considerem a viabilidade de alternativas para assegurar as necessidades da Administração, a exemplo da comprovação de capacidade instalada disponível para atender às suas demandas". Aí entra um ponto importante: a Valid não atua com impressão de provas.

Os ministros, no julgamento, não trataram de empresas específicas nem se elas teriam capacidade ou não. No entanto, o relatório dos auditores da área de logística havia pontuado que, no site da Valid, "não consta no rol de seus produtos e soluções a impressão de provas, mas de outros tipos de impressão de segurança, motivo pelo qual, dada a ausência de atuação nesse setor, o que põe em questionamento a sua real capacidade de atender à exigência relativa ao volume de produções anteriores, exigido como critério de habilitação técnica".

O tema do processo julgado nesta quarta pelo TCU era uma denúncia de que a RR Donnelley foi favorecida por funcionários do Inep na licitação em 2016. Uma concorrente, a gráfica Plural, havia apontado direcionamento por meio da imposição de

regras extremamente restritivas no certame.

Na sessão, o TCU reconheceu restrições exageradas, mas decidiu absolver os funcionários do Inep que eram alvo da denúncia. O voto da ministra relatora, Ana Arraes, apontou que o ideal seria a realização de uma nova licitação para o ano atual, mas o prazo está apertado e, diante disso, foi dado o aval para a contratação da próxima empresa na fila. O cronograma previa que o conteúdo das provas fosse entregue à gráfica em meados de junho para diagramação e impressão.

Um ponto importante do julgamento, que não chegou a fazer parte da decisão final, é a avaliação dos ministros de que não é possível fazer renovações sucessivas no contrato como vinha sendo entre Inep e RR Donnelley. O tribunal deixou claro que, pelas regras atuais, o procedimento de impressão de provas não consta como um serviço de prestação continuada. Então é preciso fazer a inclusão das provas no plano plurianual do Inep e estimar um prazo limite para prorrogação de contratos. No caso específico em julgamento, foi decidido que, para 2020, será necessário fazer nova licitação.

Denúncia

No início do mês, a Valid foi homologada como vencedora de uma outra licitação do Inep, para imprimir todos os outros exames do órgão com exceção do Enem. O valor desse contrato é de R\$ 143 milhões. Essa licitação é alvo de uma denúncia paralela feita pela gráfica Plural que aponta suposto beneficiamento do Inep à empresa.

Segundo a Plural, existia um esquema de favorecimento do Inep à RR Donnelley desde 2009 e isso teria sido transplantado para a Valid. A acusação aponta a contratação de funcionários de uma empresa pela outra e maquiagem em instalações para comprovar capacidade operacional.

O ex-presidente da RR Donnalley Marco Barro trabalha atualmente para a Valid SA. O representante da Donnalley no Inep durante 10 anos, Amilton Garrau, também estaria ajudando a empresa. A Valid S.A.nega as acusações.

[topo](#)

TERRA - TEMPO REAL

Secretário da Educação Superior do MEC é nomeado

Responsável pelo credenciamento de novas faculdades, a Seres tem grande visibilidade e, por isso, a indicação para o posto vinha sendo disputada dentro do governo

BRASÍLIA - Último cargo vago no primeiro escalão do Ministério da Educação, a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) será ocupada por Ataíde Alves, técnico que já ocupava cargo na pasta desde o governo passado, segundo apurou o Estado.

Responsável pelo credenciamento de novas faculdades, a Seres tem grande visibilidade e, por isso, a indicação para o posto vinha sendo disputada dentro do governo.

Inicialmente, o ministro Abraham Weintraub pretendia reconduzir Silvio Cecchi, que chefiou a secretaria no governo Michel Temer, mas o nome encontrou resistências no Planalto. Com histórico de atuação no setor, Alves surgiu como a opção.

O Estado mostrou nesta semana que o Ministério da Educação (MEC) promoveu um "mutirão" nos primeiros meses do ano para acelerar a abertura de novas universidades

no País. Pedidos de credenciamento que estavam parados havia anos na pasta foram liberados para análise do Conselho Nacional de Educação (CNE).

Desde janeiro, o MEC enviou 120 processos de credenciamento de novas Instituições de Ensino Superior (IES) ao conselho. O número é cerca 70% maior do que no mesmo período de janeiro a abril de 2018 e 2017 - quando o ministério encaminhou 71 e 72 processos, respectivamente.

topo ↕

UOL - ÚLTIMAS NOTÍCIAS - TEMPO REAL

Para que serve o Censo, que corre risco de encolher por corte de verba

Uma questão estatística e demográfica ganhou contornos político-econômicos: o Censo 2020, a próxima edição do levantamento que desde 1872 mede o tamanho da população e dezenas de outras características dos brasileiros, virou tema de debate relacionado a seus custos, por conta das restrições orçamentárias do país.

A expectativa levantada até agora é de que os cortes na medição cheguem a 25%, e uma das possibilidades discutidas é a de reduzir o número de perguntas que os agentes do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) farão a cada brasileiro durante o recenseamento no ano que vem.

Em entrevista à GloboNews neste mês, o ministro da Economia, Paulo Guedes, queixou-se dos altos custos do Censo, dizendo que o IBGE pediu R\$ 2,7 bilhões para realizá-lo, e também da quantidade de perguntas, alegando que recenseamentos em países desenvolvidos têm número mais reduzido de questões. Na entrevista, porém, Guedes se equivocou: disse que o Censo brasileiro tem 360 perguntas, quando na verdade são cerca de 150 no total.

Especialistas em demografia e técnicos do IBGE ouvidos pela BBC News Brasil afirmam, no entanto, que reduzir drasticamente o número de perguntas pode não apenas não trazer a economia de dinheiro desejada, como também gerar apagões de dados demográficos importantes em algumas partes do país - justamente as mais vulneráveis e pobres.

Consultada pela reportagem, a assessoria de imprensa do IBGE explica que a possibilidade de corte e seu eventual escopo ainda estão sendo debatidos.

A seguir, a BBC News Brasil explica o que é o Censo, quais políticas públicas ele ajuda a orientar e qual o debate em torno da redução de custos.

Para que serve o Censo?

O Censo, explica o próprio IBGE, é a única pesquisa a visitar as casas de todos os brasileiros - são mais de 60 milhões de residências, espalhadas por 5.570 municípios e 8,5 milhões de quilômetros quadrados. "É um trabalho gigantesco, que envolve cerca de 230 mil pessoas, bem diferente da pesquisa amostral, que investiga uma amostra da população e a partir de modelos estatísticos chega à representação do todo", diz o site do instituto.

O IBGE diz que houve 11 Censos no Brasil desde 1872, e o mais recente foi em 2010, o que significa, para muitos pesquisadores e formuladores de políticas públicas, que alguns dados brasileiros estão desatualizados.

O Censo traz não apenas o tamanho da população brasileira, mas informações sobre frequência à escola e à universidade (e quais disciplinas estão sendo cursadas), saneamento, sustento da família, raça, mortalidade, tipo de moradia, coleta de lixo e fornecimento de energia elétrica, entre outros dados.

Embora outras pesquisas do próprio IBGE consigam obter dados confiáveis a partir de universos menores (as chamadas amostras de população), atualmente é só o Censo que consegue informações minuciosas de todos os municípios brasileiros.

Esses dados servem para embasar diversas pesquisas e políticas públicas, segundo especialistas ouvidos pela reportagem e o próprio IBGE.

"Do ponto de vista econômico, os dados da população ajudam a calcular os gastos (da União) direcionados aos Fundos de Participação do Municípios, dos Estados e da Educação Básica", explica à News Brasil Rogério Jerônimo Barbosa, pesquisador da desigualdade brasileira e doutorando no Centro de Estudos da Metrópole da USP, atualmente como visitante na Universidade de Columbia (EUA).

Ou seja, a partir dos dados de onde moram os brasileiros, e das diferenças de renda entre eles, é possível calcular quanto cada cidade e Estado receberá de recursos federais.

"Mas além de contar a população, o Censo coleta informações necessárias para muitas outras políticas", agrega.

Uso do Censo na educação

"Com ele eu consigo saber o que está acontecendo nas escolas para além do Censo Escolar (feito pelo MEC). Por exemplo, consigo saber quais crianças não estão matriculadas nas escolas, para calcular as taxas de abandono e para traçar um perfil: por que será que elas estão abandonando a escola? São em sua maioria meninos ou meninas? Qual sua renda e onde moram? Só o Censo demográfico coleta esses dados", prossegue Barbosa.

Isso é uma informação crucial para "criarmos políticas em larga escala na educação e para conhecer o país como um todo", afirma Caio Sato, coordenador do núcleo de inteligência da organização Todos Pela Educação. "Também conseguimos saber se a escolaridade dos brasileiros está ou não aumentando."

Além disso, o Censo consegue detectar a formação universitária dos brasileiros que cursaram o ensino superior e em que essas pessoas estão empregadas.

"Tivemos recentemente uma grande expansão no número de pessoas diplomadas, por conta de uma política de financiamento do ensino superior (por exemplo, via Fies)", afirma Rogério Barbosa.

"Será que essas pessoas (diplomadas) estão fazendo o que o diploma as capacitou para fazer? Ou o dinheiro do financiamento está sendo jogado fora? Nosso potencial produtivo está sendo desperdiçado? Esses dados estão ultrapassados desde 2010 (ano do último Censo) e vão nos dizer se um dos maiores investimentos recentes do país (de financiamento da educação superior) deu resultados."

Uso do Censo no planejamento

Dados sobre a distribuição, renda e demandas reprimidas da população ajudam gestores públicos a identificar, também, áreas que necessitam de transporte público ou a localização adequada para moradias populares ou para a passagem de grandes obras viárias, como o Rodoanel paulista, por exemplo - indicando a quantidade de desapropriações necessária. Até mesmo a distribuição de pontos de ônibus deve ser embasada em quanta gente eles vão atender.

Embora muitos outros critérios (desde ambientais até políticos) influenciem essas decisões, quando o aspecto censitário não é levado em conta, geralmente essas obras acabam perdendo em eficiência.

"A distância entre o trabalho e a residência das pessoas por muito tempo não foi levada em conta" no planejamento urbano brasileiro, o que provocou ao crescimento desordenado das cidades, aponta Barbosa. Ele diz, porém, que hoje as "construções mais recentes do Minha Casa Minha Vida, por exemplo, consideram a distribuição populacional" para definir o local de novas moradias.

O IBGE destaca ainda que, com a medição censitária, "o poder público pode identificar áreas de investimento prioritárias em saúde, educação, habitação, saneamento básico, transporte, energia, programas de assistência à infância e à velhice."

Pobreza, saúde e atenção a minorias

Especificamente para a população idosa, saber onde e como moram os mais velhos pode ajudar no planejamento de futuras políticas públicas, à medida que a população brasileira envelhece. Além disso, é pelos dados do Censo que calculamos a expectativa de vida dos brasileiros, a partir da quantidade de pessoas por cada faixa etária e a taxa de mortalidade em cada faixa.

Técnicos do IBGE ouvidos pela reportagem explicam, também, que como o Censo é a única pesquisa a ir na casa de todos os brasileiros, acaba sendo a forma mais precisa de sabermos onde estão as pessoas mais pobres e verificar se elas estão tendo acesso a serviços como hospitais, assistência social e até mesmo registro civil - ou seja, se elas têm RG e CPF ou se são "invisíveis" ao Estado brasileiro.

"Sabemos que há lacunas em registro civil, principalmente na região Norte (em áreas indígenas), e precisamos entender se nossos dados estão defasados", afirmou um técnico, que pediu para não ser identificado. "O risco é não descobriremos onde estão os buracos."

Outros que se tornam mais "visíveis" ao Estado graças ao Censo são os deficientes físicos e intelectuais, diz Caio Sato, do Todos Pela Educação. "Uma pesquisa em menor escala corre o risco de afetar os dados que temos da população com deficiência."

Na área da saúde, embora os dados do Censo não sejam abundantes, houve especialistas que saíram em defesa da manutenção da pesquisa integralmente.

"O Censo demográfico 2020 está em risco", afirmou em vídeo postado na internet o médico Drauzio Varella.

"Não tem dinheiro nem pessoas suficientes garantidas para sua realização. E o que significa para a saúde do Brasil não realizar ou cortar o Censo? (...) Significa não saber quantas crianças vivem em cada cidade para calcular a quantidade de vacinas necessárias, contra pólio ou sarampo (por exemplo). Significa não saber quantas são as mulheres para planejar a quantidade necessária de equipamentos de mamografia ou outros exames essenciais para a saúde feminina, e não saber quantos idosos vivem em cada cidade para comprar medicamentos para as doenças crônicas."

Façamos o essencial

As discussões em torno dos gastos do Censo vieram à tona em fevereiro, na posse da presidente do IBGE, Suzana Guerra, ocasião em que o ministro Paulo Guedes afirmou que "o Censo é importante (mas) vamos tentar simplificar. (...) Sejam os espartanos e façamos o essencial. Eu disse para a Suzana que todo dia alguém pede (a mim) R\$ 2 milhões. Sempre tem causa justa. Mas é dramática a nossa situação (financeira do país)".

Ao mesmo tempo, em abril, outra pesquisa do IBGE entrou nos holofotes do governo. Após a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) Continuar apontar aumento do desemprego, o presidente Jair Bolsonaro criticou a metodologia do cálculo de empregabilidade. O instituto respondeu dizendo que usa critérios internacionais, adotados pela OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Neste mesmo mês, ocorreu reunião interna do IBGE para discutir cortes orçamentários no Censo, segundo técnicos do órgão confirmaram à reportagem.

"O corpo técnico apresentou uma proposta com a redução que consideramos o máximo possível em perguntas, mas essa redução foi considerada tímida" pela direção do instituto, diz o técnico, pedindo anonimato.

"Mas acreditamos que as reduções das perguntas não vão gerar uma grande economia de recursos - estimamos que entre 3% e 5% (do orçamento do Censo), o que não vale a pena em relação à supressão de dados que teremos, sem que haja (pesquisas) alternativas para suprir um apagão de dados. Se for um corte muito drástico, o Censo deixará de ser censitário e passará a ser amostral."

Segundo os dois funcionários ouvidos pela reportagem, os principais gastos do Censo não se referem ao tamanho dos questionários: "nosso maior gasto, cerca de 65%, é para se deslocar, fazer abordagem das pessoas e para carregar o sistema (das máquinas onde são anotados os dados). A parte de aplicação dos questionários é pequena. E ninguém responde as 150 perguntas - se você frequenta a escola, por exemplo, vai direto para um conjunto de perguntas e pula outras."

Para Rogério Barbosa, o Censo pode e deve ser alterado quando necessário, mas a exclusão de perguntas não é ruim desde que "haja uma forma alternativa de coleta de dados (por outras pesquisas) e desde que haja uma garantia de que isso resultará, de fato, em menos gastos", o que ainda não está claro, uma vez que não há um cálculo oficial e público sobre quanto uma eventual redução de perguntas traria de economia de verbas.

"O medo é que cortes feitos de formas não avaliadas prejudiquem a contagem", diz. "E o Censo, por ser uma medição (em âmbito) municipal, baseia todas as outras pesquisas do país, inclusive as amostrais e as de opinião."

"Racionalizar gastos é sempre importante", agrega Caio Sato. "Mas isso tem de estar ligado a fontes alternativas de coleta de dados. Potencialmente, poderemos ter um vácuo importante nisso."

BAIXADA VIVA - TEMPO REAL

Jovem de Duque de Caxias consegue estágio na NASA

Duque de Caxias - A maior agência de pesquisas aeroespacial do planeta virou local de estudo para uma jovem de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense.

Desde o início do ano, Carlyne Oliveira, de 27 anos, vem frequentando a NASA's Goddard Space Flight Center (Centro de Voos Espaciais Goddard, em tradução livre), em Greenbelt, Maryland, nos Estados Unidos, para aprimorar a própria pesquisa de mestrado.

A jovem, moradora do bairro da Vila Meriti, é aluna da UFRJ e tem como objeto de estudo a astrofísica extragaláctica. Em linhas gerais, Carlyne estuda uma semelhança entre as diferentes galáxias do universo.

"Eu sou aluna de mestrado no Observatório do Valongo (UFRJ) e a minha pesquisa é focada em astrofísica extragaláctica. Eu uso dados provenientes de vários telescópios junto com muita física e computação para entender como as galáxias evoluem pelo universo.

Na colaboração na NASA, com a pesquisadora Dra. Antara Basu-zych, eu analiso como as propriedades físicas e a aparência dessas galáxias estão conectadas entre si e como a presença ou não de outras galáxias ao seu redor pode determinar o porquê dessas galáxias serem similares a galáxias distantes", detalhou a estudante.

Formada em Astronomia pela própria UFRJ, Carlyne conseguiu uma bolsa de pesquisa pelo Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI) financiada pela **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que é um programa para incentivar o intercâmbio de estudantes brasileiros no exterior.

A astrônoma volta para Caxias no fim deste mês já com planos para retornar aos EUA. É lá que a astrônoma pretende fazer o doutorado.

"A minha orientadora no Brasil, Dra. Karin Menendez Delmestre, conseguiu essa bolsa pra mim e uma outra estudante (Camila de Sá Freitas) para passar 4 meses na NASA's Goddard Space Flight Center. O próximo passo é o doutorado, que eu espero que seja aqui nos EUA", afirmou.

"Conhecimento é um bem"

Apesar de estar realizando um sonho, Carlyne confessou que nunca pensou que um dia estaria estudando na NASA. Ela passou por dificuldades para concluir a graduação, mas não desistiu dos estudos em astronomia. A jovem pretende agora ser um exemplo para outras meninas da periferia.

“Quando eu comecei a graduação em astronomia não imaginava que um dia estaria nos EUA colaborando com pesquisadores da NASA. Acho que só segui os conselhos da minha mãe que conhecimento é o único bem que ela poderia deixar pra mim e ninguém pode tirar de mim.

Foi muito trabalhoso para mim e para a minha família, em especial a minha mãe, para que eu conseguisse terminar a faculdade. É importante mostrar para outras meninas negras que existe espaço para elas em qualquer ambiente de trabalho”, finalizou Carolyne.

topo ↕

BANCA DE JORNALISTAS - TEMPO REAL

Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos

Até 6 de maio estarão abertas as inscrições para 256 vagas para o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). As inscrições para esta nova turma devem ser realizadas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Este curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com este mestrado o intuito é qualificar este público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no País. Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70. Os interessados em concorrer deverão apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional,

experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho. No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

topo ↕

CATRACA LIVRE - NOTÍCIAS

Bolsas de estudo para estudar na Alemanha, veja como conseguir

Bolsas de estudos para quem quer aprender o idioma alemão, para quem já tem a graduação e quer se especializar, ou até mesmo para artistas

Um dos países mais desenvolvidos da Europa – e do mundo – a Alemanha está entre os principais destinos para estudantes que querem se aventurar com novas experiências. Conseguir uma bolsa de estudo na Alemanha é o sonho de muitos jovens.

No Brasil, existem algumas instituições que oferecem opções de bolsas de estudos para quem quer morar na Alemanha. Pós-graduação, cursos de idiomas, cursos extracurriculares. Há diversas opções diferentes que comportam todas as faixas etárias entre estudantes.

Portão de Brandemburgo na Alemanha

Pensando nisso, a Catraca Livre fez uma seleção de três instituições que de vez em quando oferecem bolsas de estudo na Alemanha. É importante ficar de olho nos sites e acompanhar os editais, sempre atentando-se às condições para se candidatar às bolsas. Confira:

CAPES: Bolsas de estudo para ensino superior na Alemanha

A Fundação **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** é vinculada ao MEC (Ministério da Educação) para promover a expansão e a consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados do Brasil.

Se você já possui o diploma da graduação, essa é a melhor instituição para verificar a existência de programas de pesquisa na Alemanha e conseguir a tão sonhada bolsa de estudo.

Para se inscrever nos editais, a **CAPES** passou a exigir de todos os candidatos e beneficiários dos programas de fomento da Diretoria de Relações Internacionais o

registro no ORCID.

Para acompanhar o lançamento de novas bolsas de estudo na Alemanha, acesse o site.

DAAD: Bolsas para intercâmbios na Alemanha

A DAAD (Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico) coordena programas de bolsas de estudos oferecidos a estudantes de mais de 100 países, a fim de promover intercâmbios acadêmicos e científicos.

A DAAD é a opção mais versátil, que abrange possibilidades tanto para quem quer fazer um curso de idiomas na Alemanha, quanto para quem quer fazer pesquisa de doutorado, por exemplo.

Bandeira da Alemanha

Mozarteum Brasileiro: Bolsas para artistas

O Mozarteum Brasileiro é uma associação cultural que visa a produção, a valorização e a difusão da arte e da cultura, por meio da organização e da promoção de espetáculos de música, dança e teatro, por exemplo.

O Mozarteum é a opção para quem é artista no Brasil, e busca por uma especialização na Alemanha. A instituição detém o programa Canto em Trancoso, que reúne bolsistas de vários estados brasileiros. Eles participam de aulas gratuitas de interpretação e técnica vocal com importantes professores, durante uma semana.

Os bolsistas que mais se destacam são selecionados para um período adicional de estudos na Alemanha. Nesta quinta edição do programa, os vencedores da bolsa irão para Chorakademie Lübeck em 2020.

topo ↕

ESCOLA EDUCAÇÃO - TEMPO REAL

Processo Seletivo do MEC para professores encerra inscrições hoje

A inscrição deverá ser efetuada até 24 de abril, exclusivamente pelo Sistema do BNI. Docentes de todo o Brasil podem participar da seleção.

O Inep publicou uma Chamada Pública para compor o Cadastro de Elaboradores e Revisores de Itens da Educação Superior (Ceres) do Banco Nacional de Itens (BNI). Os docentes selecionados vão participar da elaboração das provas do Enade 2019.

A inscrição deverá ser efetuada até 24 de abril, exclusivamente pelo Sistema do BNI. O BNI armazena itens com qualidade técnica para a montagem das provas aplicadas pelo Inep, incluindo o Enade.

O objetivo é subsidiar provas capazes de estimar com maior precisão a proficiência dos estudantes com relação a conteúdos programáticos, habilidades e competências previstos nas Diretrizes Curriculares Nacionais dos respectivos cursos de graduação ou nas orientações do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

O cadastramento e a seleção de colaboradores para elaboração e revisão de itens são destinados aos docentes que atuam nas áreas de: Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos e Engenharia de Computação.

Também para professores de Engenharia de Controle e Automação, Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Engenharia Florestal, Engenharia Mecânica e Engenharia Química.

Inscrições

Para se inscrever, o docente precisa cumprir os seguintes requisitos:

Ter diploma de conclusão de curso de graduação de nível superior.

Exercer ou ter exercido atividade docente, nos últimos 18 meses, no curso de graduação para o qual pretende efetuar inscrição.

Comprovar o vínculo em IES credenciada pelo poder público competente.

Ter disponibilidade para as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do BNI.

Não pertencer ao quadro de servidores efetivos ou comissionados do MEC, do Inep, da Capes, do FNDE, do CNPq ou da Finep.

Ter reputação ilibada.

Não ter pendências junto às autoridades tributárias e previdenciárias.

Ter conhecimentos de informática, particularmente no que se refere ao uso de aplicativos de edição de texto.

Disponer de computador com sistema operacional Windows para acessar o ambiente virtual do BNI.

Próximos passos

O período para a convocação dos profissionais selecionados vai de 25 de abril a 3 de maio. Todos os selecionados passarão por capacitação. Nesse período serão repassadas as normas, procedimentos e critérios técnicos.

A capacitação será realizada de 6 a 24 de maio. A oficina de elaboração e revisão de itens será de 3 a 21 de junho de 2019. Todas as etapas serão à distância. Outro edital contemplará as áreas de Ciências Agrárias, Ciências da Saúde e Cursos Superiores de Tecnologia.

BNI

O Banco Nacional de Itens (BNI) fornece insumos para as diversas avaliações e exames desenvolvidos pelo Inep. Todos os colaboradores participam de capacitações e oficinas de elaboração/revisão.

A participação da comunidade educacional e acadêmica de todo o Brasil amplia a diversidade e melhora a adequação dos instrumentos para a avaliação da educação do país. Para mais informações, clique aqui.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Mortalidade de árvores da Amazônia ocorre em meses chuvosos mesmo em ano de seca, aponta Inpa

Cerca de 20% de mortes árvores ocorre em janeiro; eventos climáticos podem causar mortalidade até dois anos após o evento.

Eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas afetam o padrão de mortalidade da dinâmica da floresta amazônica. Um estudo que analisou dados mensais de 52 anos de monitoramento de mais de 200 espécies mostrou que a seca (menos que 100 milímetros de chuva por mês) aumenta a chance de morte das árvores, que morreram mais durante o mês chuvoso de janeiro, mesmo em anos de seca extrema.

Janeiro é um mês chuvoso e de transição da estação seca (junho a novembro) para chuvosa (dezembro a maio) e possui alta precipitação e registro de tempestades de ventos. Árvores debilitadas de uma estação seca severa anterior costumam cair, quebrar, desenraizar durante o período de chuva. Para ter uma ideia do peso da chuva, aproximadamente 20% de todas as mortes de árvores aconteceram no mês de janeiro durante as cinco décadas analisadas. Em setembro, um dos meses mais secos do ano, também há uma taxa alta de mortalidade (12%), porém estatisticamente inferior a janeiro.

“Isso é uma novidade, porque todo mundo sempre fala que a morte das árvores aqui acontece na seca. Com as análises mensais e não anuais ou multianuais como os estudos costumam ser feitos, vimos que a seca é importante para determinar o momento de morte, mas as árvores não morrem imediatamente, e sim nos meses posteriores, porque ficam debilitadas e morrem com os fortes ventos que ocorrem nessa mudança de estação seca para a chuvosa”, explicou Izabela Aleixo, engenheira florestal, doutoranda de Ecologia do Inpa e primeira autora do trabalho “Clima e características funcionais de espécies determinam a mortalidade de árvores na floresta Amazônica” publicado na segunda-feira (22) na revista científica Nature Climate Change.

Segundo Aleixo, a análise dos dados de mortalidade de grandes árvores da Amazônia Central presentes na Reserva Florestal Adolpho Ducke e na Estação Experimental de Silvicultura Tropical, áreas de pesquisa do Inpa, foi possível por conta da longa série temporal que o Instituto possui.

Desde 1965, técnicos monitoram todos os meses essas árvores para avaliar as características fonológicas – como as plantas se desenvolvem no decorrer de diferentes fases – e mais recente para ver a mortalidade.

O estudo também leva a assinatura de Darren Norris (Universidade Federal do Amapá/Ufap e orientador de Izabela Aleixo), Lia Hemerik (Universidade de Wageningen/Holanda), Antenor Barbosa (pesquisador do Inpa), Eduardo Prata (Pós-doutorando pelo Inpa), Flávia Costa (Pesquisadora do Inpa), LourensPoorter (Universidade de Wageningen/Holanda).

Eventos climáticos

A pesquisa identificou que eventos climáticos extremos relacionados com o El Niño (seca) e La Niña (chuva) e variações no Atlântico Tropical Norte, são acontecimentos globais que afetam os padrões de mortalidade nas áreas da Amazônia Central. Isso está relacionado com eventos de seca ou de chuva extremos e de grandes ventos que são capazes de derrubar as árvores.

Estudo também leva a assinatura de Darren Norris (Ufap) — Foto: Divulgação
Estudo também leva a assinatura de Darren Norris (Ufap) — Foto: Divulgação
Estudo também leva a assinatura de Darren Norris (Ufap) — Foto: Divulgação

Para a Bacia Amazônica, as taxas de mortalidade das árvores variam de 1% a 3% ao ano. No estudo foi encontrada uma taxa de mortalidade de árvores adultas de 0,9% ao ano. Porém, em ano de El Niño como em 1982, essa taxa subiu para 2,5%, e em ano sob a influência do Atlântico, como 2005, a mortalidade alcançou 2,2%, mostrando que

esses eventos globais relacionados às mudanças climáticas mais do que dobraram a taxa de mortalidade das árvores.

Os cientistas destacam que as espécies que morrem nesses eventos são espécies de determinados grupos ecológicos, como as espécies de madeira mais leve (baixa densidade da madeira), as pioneiras de rápido crescimento e menos resistentes à seca, e aquelas que permanecem com a copa completa de folhas durante todo o ano, ou seja, não tem a capacidade de perder as folhas sazonalmente durante a seca para evitar a perda de água pelas folhas.

“As mudanças climáticas estão afetando os padrões de mortalidade e a dinâmica da floresta amazônica, isso pode alterar os ciclos hidrológico e o estoque de carbono na maior floresta tropical do mundo e tem um papel importante para todo clima global”, disse Aleixo. “Então, é preciso olhar para as mudanças do clima e entender como isso afeta as nossas vidas, os produtos que vem da floresta e todo os serviços ecossistêmicos que essas florestas trazem para o mundo todo”, completou Aleixo, que participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/Capes) na Universidade de Wageningen na Holanda.

Padrão de Mortalidade de grupos ecológicos

As árvores pioneiras (aquelas que crescem rápido e colonizam áreas recém-abertas) ou com densidade da madeira mais leve, como a Andiroba (*Carapa spp.*), Lacre (*Vismia spp.*) e Murici (*Byrsonima spp.*), apresentam rápidos ciclos de vida e são mais suscetíveis a morrer primeiro que as espécies tardias (aquelas que crescem lentamente no interior da floresta), ou que possuem madeira mais densa, chamadas de espécies de madeira nobre, como o Angelim (*Dinizia excelsa*), Casca preciosa (*Anibacanelilla*), Acariquara (*Minquartiaguianensis*) e Massaranduba (*Manilkara spp.*).

As espécies pioneiras e de madeira leve investem mais em crescimento, o que acaba diminuindo as taxas de sobrevivência, enquanto as espécies tardias e de madeira dura investem mais em segurança.

As árvores decíduas (aquelas que perdem regularmente suas folhas e permanecem com a copa desfolhada por certo período durante a seca) tiveram uma menor mortalidade quando comparadas às árvores de espécies que permanecem com a copa cheia de folhas durante todo o ano. Isso mostra que a capacidade de ficar sem folhas pode ajudar a planta a evitar o stress da seca, pois diminui a transpiração de água pelas folhas e diminui o peso das copas durante as tempestades.

topo ↕

GOVERNO DO GOIÁS - NOTÍCIAS

Pesquisa fomentada pela Fapeg recebe destaque internacional

A revista científica *Agronomy Journal*, sediada em Madison, Wisconsin, nos Estados Unidos, trouxe na sua edição de fevereiro deste ano, o artigo da pesquisadora Érica Fernandes Leão Araújo, agrônoma, professora efetiva do Instituto Federal Goiano (IF Goiano), do campus Urutaí. A revista tem alcance internacional e recebe a melhor qualificação da **Capes** para revistas científicas mundiais – **Qualis Capes** – A1, o que permite uma boa visibilidade internacional para o artigo, para a região do Cerrado e, conseqüentemente, para a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (Fapeg), que fomenta a pesquisa que deu origem ao artigo, dentro do Doutorado em Agronomia,

na linha de pesquisa em Produção Vegetal pela Universidade Federal de Goiás (UFG), em Goiânia. O projeto de pesquisa de *Érica* conta com orientação da professora Dra. da UFG Eli Regina Barboza de Souza.

Intitulado

“Evaluation of the desiccation of *Campomanesia adamantium* seed using radiographic analysis and the relation with physiological potential“, o artigo traz contribuições importantes para a ciência no que se refere às sementes de plantas do Cerrado. A pesquisadora revela que o artigo servirá de base científica para o armazenamento de sementes de *Campomanesia adamantium* (gabirola) e de outras espécies do Cerrado com a mesma característica de sementes com sensibilidade à desidratação, como a cagaita, mangaba e guanandi.

Ela explica que muitas sementes de espécies do Cerrado apresentam esta sensibilidade e isso prejudica o armazenamento, uma vez que ele é normalmente realizado a partir de sementes com baixo teor de água. “A perda de água pelas sementes é um fenômeno necessário para armazenamento convencional. As sementes precisam estar secas para serem armazenadas com eficiência. Se armazenadas úmidas elas vão deteriorar rapidamente e podem ser atacadas por patógenos”, esclarece a pesquisadora.

Biodiversidade vegetal e produção de mudas

Segundo *Érica*, o armazenamento de sementes permite a manutenção da biodiversidade vegetal do nosso bioma e ainda viabiliza a produção de mudas destas espécies. A pesquisa usa uma ferramenta inovadora e automatizada para identificar o potencial fisiológico das sementes e a relação com a perda de água, que são as imagens de raio-x, correlacionando a morfologia interna com germinação e vigor, buscando aperfeiçoar a reprodução para garantir a sobrevivência da espécie.

A *Campomanesia adamantium* (gabirola) é nativa da região do Cerrado brasileiro. Sua propagação mais comum e usual é por sementes, e essa forma de reprodução tem como principal vantagem a possibilidade de armazenamento por períodos mais longos que as estruturas vegetativas permitem. *Érica* explica que não há informações exatas sobre a extinção desta espécie, porém a ameaça ao bioma Cerrado justifica trabalhos com espécies nativas.

Atividades antrópicas (a ocupação de zonas terrestres pelo homem e a decorrente de exploração, segundo as necessidades e as atividades humanas, dos recursos naturais) têm ameaçado a biodiversidade dos biomas brasileiros. Estima-se que o Cerrado já apresenta mais de 40% de sua área ocupada por pastagens plantadas e agricultura. Para a pesquisadora, a manutenção de recursos genéticos vegetais visa principalmente garantir uma representatividade da biodiversidade e possibilitar a produção de mudas em períodos e locais distintos.

No caso da gabirola, a importância de seu estudo se justifica também por ser uma espécie que apresenta frutos muito apreciados pela população dos locais de ocorrência. Além de serem consumidos in natura, também são utilizados na forma de doces, sorvetes, refrescos e, muitas vezes, como flavorizantes em destilados alcoólicos. O uso medicinal de diversas partes da planta também já foi relatado na literatura, conta a pesquisadora.

Os experimentos da pesquisa referente ao artigo publicado foram desenvolvidos no Instituto Federal Goiano (IF Goiano) – campus Urutaí e Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/USP (Esalq/USP) – Piracicaba. As sementes foram coletadas das plantas da coleção de espécies nativas da UEG Ipameri com parceria da UFG, em Goiânia.

Pesquisa fomentada pela Fapeg

O projeto de pesquisa de doutorado de Érica conta com fomento da Fapeg, por meio da chamada pública 03/2016, de Bolsas de Formação de Mestrado e Doutorado e visa elucidar vários aspectos relacionados à fenologia e à reprodução de *Campomanesia adamantium* e já proporcionou a publicação de quatro artigos científicos. Segundo Érica, a fenologia ajuda a entender o comportamento reprodutivo e vegetativo da planta, como por exemplo quando são emitidas folhas novas, flores e frutos. O estudo publicado na revista *Agronomy Journal* foi um desdobramento da pesquisa da fenologia. Ela conta que a fase de experimentos já foi encerrada e que os trabalhos estão na fase final de redação da tese.

Os principais resultados obtidos com a tese foram o estabelecimento de padrões vegetativos e reprodutivos para a espécie na região do Cerrado, como a época e os fatores climáticos que interferem na emissão de folhas, flores e frutos na espécie. Isso possibilitará o planejamento para coleta de frutos e sementes para extrativismo responsável, armazenamento de sementes em bancos de sementes e produção de mudas. Além disso, a tese possibilitou a geração de informações que viabilizam o armazenamento e a identificação do potencial fisiológico das sementes, como o potencial de germinação e vigor da espécie.

Érica é formada em Agronomia pela UEG, em Ipameri, e desde a graduação, concluída em 2010, desenvolve pesquisas com sementes. Fez mestrado na Unesp em Jaboticabal e agora cursa o doutorado. Professora efetiva do IF Goiano, campus Urutaí, onde atua desde 2015 ministrando disciplinas na área de sementes e coordenando o laboratório de sementes do campus. Ela conta que, desde a graduação se identificou com a pesquisa científica e que sempre trabalha com temas relacionados a sementes: desde estudos de dormência, maturação e qualidade fisiológica de sementes. “Sou apaixonada pela Agronomia, principalmente por trabalhar com a base do desenvolvimento das plantas que são as sementes”.

Assessoria de Comunicação Social da Fapeg

topo 

JORNAL DO SUDOESTE - TEMPO REAL

Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades

Até 6 de maio estarão abertas as inscrições para 256 vagas para o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). As inscrições para esta nova turma devem ser realizadas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Este curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores

da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com este mestrado o intuito é qualificar este público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no País. Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70. Os interessados em concorrer deverão apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional, experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho. No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

Informações

Para mais informações sobre o processo seletivo do ProfÁgua os candidatos podem entrar em contato pelo e-mail profagua@unesp.br.

topo ↕

MAXPRESSNET - NOTÍCIAS

Mistura de agrotóxicos encurta vida e altera comportamento de abelhas

Associação entre inseticida e fungicida derruba em até 50% o tempo de vida destes insetos polinizadores

Um novo estudo realizado por biólogos brasileiros sugere que o efeito dos agrotóxicos sobre as abelhas pode ser maior do que se imagina. Mesmo quando usado em doses consideradas não letais, um inseticida encurtou o tempo de vida dos insetos em até 50%. Além disso, os pesquisadores observaram que uma substância fungicida considerada inofensiva para abelhas alterou o comportamento das operárias, tornando-as letárgicas – fato que pode comprometer o funcionamento de toda a colônia. Os resultados da pesquisa foram publicados na revista *Scientific Reports*, do grupo Nature.

O trabalho foi coordenado por Elaine Cristina Mathias da Silva Zacarin, professora na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), campus Sorocaba. Também participaram pesquisadores da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) da USP. A investigação contou com apoio da Fapesp, da **Capes** e da Cooperativa dos Apicultores de Sorocaba e Região (Coapis).

É um fato conhecido que diversas espécies de abelhas estão desaparecendo em todo o mundo. No Brasil, o fenômeno tem sido observado desde pelo menos 2005. E não estão desaparecendo apenas os indivíduos da espécie *Apis mellifera*, abelha de origem europeia e principal responsável pela produção comercial de mel. Nas matas brasileiras, há centenas de espécies selvagens possivelmente afetadas. O impacto econômico previsto é imenso, pois grande parte da agricultura depende do trabalho de polinização realizado por esses insetos. É o caso, por exemplo, de todas as frutas comestíveis.

A causa do sumiço repentino em massa também já é conhecida: a aplicação indevida e indiscriminada de defensivos agrícolas. “No Brasil, as monoculturas de soja, milho e cana dependem do uso intensivo de inseticidas. A contaminação das colônias de abelhas ocorre quando, por exemplo, os agricultores não respeitam uma margem de segurança mínima (são recomendados 250 metros) na aplicação de defensivos agrícolas entre as lavouras e as áreas florestais que as margeiam. Tem gente que aplica produtos químicos até o limite da floresta”, disse o professor Osmar Malaspina, da Unesp de Rio Claro.

“Na Europa e nos Estados Unidos, as colônias de abelhas morrem aos poucos. Desde a constatação inicial da morte das primeiras abelhas até a morte da colônia pode levar um mês ou até cinco meses. No Brasil não é assim. Aqui, as colmeias desaparecem em apenas 24 ou 48 horas. Não existe nenhuma doença capaz de matar uma colmeia inteira em 24 horas. Só inseticidas podem provocar isso”, contou o docente.

Uso associado de defensivos

Segundo Malaspina, testar em laboratório todos os mais de 600 tipos de ingredientes ativos em inseticidas, fungicidas, herbicidas e acaricidas usados no Brasil é impossível. Para contornar o problema, entre os anos de 2014 e 2017, foi realizado um estudo para identificar, dentre os 44 ingredientes ativos mais usados na agricultura paulista, quais poderiam estar relacionados à mortalidade das abelhas. Foram detectados oito ingredientes com ação comprovadamente letal para os apiários.

A equipe do projeto coletou material em 78 municípios paulistas. Trabalhando com os apicultores, os agricultores e a indústria de defensivos, os pesquisadores recomendaram uma série de ações para proteger apiários, como a observação de margens de mínima segurança na aplicação de agrotóxicos e de boas práticas agrícolas.

“Já descobrimos que um determinado tipo de fungicida, que quando aplicado de modo isolado no campo é inofensivo às colmeias, ao ser associado a um determinado inseticida se torna nocivo. Não chega a matar as abelhas como os inseticidas, mas altera o comportamento dos insetos, comprometendo a colônia”, disse Zacarin.

Os ingredientes ativos investigados foram a clotianidina, inseticida usado para controle de pragas nas culturas de algodão, feijão, milho e soja, e o fungicida piraclostrobina, aplicado nas folhas da maioria das culturas de grãos, frutas, legumes e vegetais.

Qualquer agrotóxico em grandes concentrações dizima colmeias quase imediatamente. Mas o que os pesquisadores estudam são os efeitos sutis e de médio a longo prazo sobre as colmeias, como as concentrações residuais encontradas no pólen das flores. “O que nos interessa é descobrir a ação residual dos agrotóxicos, mesmo em concentrações baixíssimas, sobre esses insetos”, disse Zacarin.

Mudança de comportamento

Os testes foram todos feitos *in vitro*, com insetos confinados dentro de laboratórios para não ocorrer contaminação ambiental. Nessas condições, larvas de *Apis mellifera* foram separadas em grupos diferentes e alimentadas entre o terceiro e o sexto dia de vida com uma dieta composta de açúcar e geleia real. O que variou foi o tipo de ingrediente tóxico presente no alimento, sempre em concentrações diminutas, na faixa de nanogramas (bilionésimos de grama).

A dieta do grupo controle não continha agrotóxico. No segundo grupo, a dieta foi contaminada com o inseticida clotianidina. No terceiro grupo, a contaminação foi por fungicida (piraclostrobina). E, no quarto grupo, havia uma associação do inseticida com o fungicida.

“Depois do sexto dia de vida, as larvas se tornam pupas e entram em metamorfose, de onde emergem como operárias adultas. No campo, uma abelha operária vive em média 45 dias. Em laboratório, confinada, vive menos. Mas os insetos alimentados com a dieta contaminada pelo inseticida clotianidina em baixíssima concentração apresentaram tempo de vida drasticamente menor, de até 50%”, disse Zacarin.

Já entre as larvas alimentadas com a dieta contaminada apenas pelo fungicida piraclostrobina não se observou nenhum efeito sobre o tempo de vida das operárias. Isso não significa que a substância seja inofensiva às abelhas. Nenhuma morreu na fase de larva e de pupa. Porém, verificou-se que, na fase adulta, as operárias sofreram modificação em seu comportamento. Elas se tornaram mais lentas do que os insetos do grupo controle – o que, no meio ambiente, poderia prejudicar o funcionamento de toda a colônia.

“As operárias jovens fazem inspeções diárias na colmeia, o que as leva a percorrer certa distância. Elas se movimentam bastante dentro da colônia. Verificamos que, no caso das

abelhas contaminadas tanto pelo fungicida sozinho ou associado ao inseticida, a distância percorrida e a velocidade foram muito menores”, disse Zacarin.

Ainda não se sabe de que forma o fungicida age para comprometer o comportamento das abelhas. “Nossa hipótese é que a piraclostrobina, quando associada a um inseticida, diminuiria o metabolismo energético das abelhas. Novos estudos em andamento podem vir a elucidar esse mecanismo”, disse Zacarin.

topo ↕

PARÁIBA URGENTE - TEMPO REAL

Jovem caxiense consegue estágio na NASA: ‘Existe espaço pra meninas negras’ Astrônoma da UFRJ conseguiu bolsa de pesquisa e pretende incentivar outros estudantes

Duque de Caxias – A maior agência de pesquisas aeroespacial do planeta virou local de estudo para uma jovem de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Desde o início do ano, Carolyne Oliveira, de 27 anos, vem frequentando a NASA’s Goddard Space Flight Center (Centro de Voos Espaciais Goddard, em tradução livre), em Greenbelt, Maryland, nos Estados Unidos, para aprimorar a própria pesquisa de mestrado.

A jovem, moradora do bairro da Vila Meriti, é aluna da UFRJ e tem como objeto de estudo a astrofísica extragaláctica. Em linhas gerais, Carolyne estuda uma semelhança entre as diferentes galáxias do universo.

“Eu sou aluna de mestrado no Observatório do Valongo (UFRJ) e a minha pesquisa é focada em astrofísica extragaláctica. Eu uso dados provenientes de vários telescópios junto com muita física e computação para entender como as galáxias evoluem pelo universo. Na colaboração na NASA, com a pesquisadora Dra. Antara Basu-zych, eu analiso como as propriedades físicas e a aparência dessas galáxias estão conectadas entre si e como a presença ou não de outras galáxias ao seu redor pode determinar o porque dessas galáxias serem similares a galáxias distantes”, detalhou a estudante.

Formada em Astronomia pela própria UFRJ, Carolyne conseguiu uma bolsa de pesquisa pelo Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI) financiada pela **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que é um programa para incentivar o intercâmbio de estudantes brasileiros no exterior. A astrônoma volta para Caxias no fim deste mês já com planos para retornar aos EUA. É lá que a astrônoma pretende fazer o doutorado.

Carolyne pretende fazer o doutorado nos Estados Unidos – Arquivo pessoal

“A minha orientadora no Brasil, Dra. Karin Menendez Delmestre, conseguiu essa bolsa pra mim e uma outra estudante (Camila de Sá Freitas) para passar 4 meses na NASA’s Goddard Space Flight Center. O próximo passo é o doutorado, que eu espero que seja aqui nos EUA”, afirmou.

“Conhecimento é um bem”

Apesar de estar realizando um sonho, Carolyne confessou que nunca pensou que um dia estaria estudando na NASA. Ela passou por dificuldades para concluir a graduação, mas não desistiu dos estudos em astronomia. A jovem pretende agora ser um exemplo para outras meninas da periferia.

“Quando eu comecei a graduação em astronomia não imaginava que um dia estaria nos EUA colaborando com pesquisadores da NASA. Acho que só segui os conselhos da minha mãe que conhecimento e o único bem que ela poderia deixar pra mim e ninguém pode tirar de mim. Foi muito trabalhoso para mim e para a minha família, em especial a minha mãe, para que eu conseguisse terminar a faculdade. E importante mostrar para outras meninas negras que existe espaço para elas em qualquer ambiente de trabalho”, finalizou Carlyne.

topo ↕

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO - TEMPO REAL **UEMA é a primeira instituição do Nordeste a ser indicada para associação internacional**

Oferecer educação de qualidade mesmo sem os limites de uma sala de aula, por meio da modalidade EaD, tem feito a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) levar o nome do Estado a ser reconhecido muito além das fronteiras nacionais. Prova disso, é que a instituição foi agraciada com o convite para integrar a Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa (EaD@PLP), com sede em Portugal, ao lado de outras quatro universidades brasileiras, sendo a única da região Nordeste.

A indicação foi feita pela Diretoria de Educação a Distância da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, órgão responsável por todas as políticas de fomento da EaD no Brasil.

Por meio do Núcleo de Tecnologias para Educação (UemaNet), a UEMA vem oferecendo cursos de educação a distância desde 1998, sendo pioneira no Maranhão nesta modalidade. Formou mais de 50 mil pessoas ao longo de duas décadas, em cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e formação continuada, além dos cursos abertos.

Para o reitor da UEMA, Gustavo Pereira da Costa, o reconhecimento aumenta a responsabilidade da instituição. “Somos conhecedores que temos um papel institucional de muita responsabilidade e, representar as IPES da região Nordeste nesse primeiro momento na Associação EAD@PLP é uma grande responsabilidade, uma vez que o Brasil se solidifica como País importante na modalidade a distância”, pontuou o reitor.

A coordenadora do Sistema Universidade Aberta (UAB), professora Ilka Serra, a indicação para compor a EaD@PLP é um reconhecimento pelo trabalho realizado em prol da educação, quebrando barreiras e sendo fator de inclusão social. “Para nós, que fazemos a UEMA cada vez mais forte na sua missão de democratizar o acesso ao ensino superior e as diversas modalidades de ensino, essa indicação representa um grande reconhecimento em nível Nacional e Internacional” disse a coordenadora do UAB” declarou.

A participação na associação resultará em uma importante troca, através da educação e de rede, além de permitir a realização de iniciativas conjuntas nos campos científico, tecnológico e de partilha do conhecimento entre alunos e professores dos diferentes países-membros, possibilitando mobilidade virtual de ensino, ou até mesmo presencial.

Criação da EaD@PLP – A Associação de Educação a Distância dos Países de Língua Portuguesa foi criada no dia 27 de novembro de 2018, por ocasião da conferência internacional sobre o futuro da Educação a Distância em Língua Portuguesa, na sede da Universidade Aberta de Portugal. Surgiu com o intuito de contribuir para o

desenvolvimento dos países integrantes, através da EaD. Além do Brasil, constituem a EaD@PLP a Angola, Cabo Verde, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste.

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Debatedores pedem fortalecimento da educação indígena

Para deputada, mesmo contemplado no PNE, ensino dos povos originários não está na agenda do país

Rita Potiguara (E), disse que a educação indígena é de alta complexidade e que faltam recursos para o setor

Mais de 3 mil escolas indígenas estão espalhadas por todo o país, com cerca de 18 mil professores e 254 mil alunos matriculados. Os impasses e desafios deste modelo diferenciado de ensino foram debatidos nesta quarta-feira (24) pela Comissão de Educação da Câmara. Até 1992, essas escolas eram gerenciadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Nos últimos 27 anos, passaram para a esfera do Ministério da Educação. Mais de 90% dos professores são indígenas: os não indígenas estão concentrados no ensino médio.

De acordo com Rita Potiguara, que trabalhou até janeiro deste ano com o programa de Educação Indígena do MEC, ainda há demandas das comunidades indígenas não atendidas, principalmente nas últimas séries do ensino fundamental e em todo o ensino médio. Outro desafio são os recursos orçamentários, muitas vezes insuficientes para um ensino de alta complexidade.

Uma das reivindicações é flexibilizar as regras feitas para as escolas tradicionais, já que, em média, as escolas indígenas têm apenas 50 alunos e, por isso, não recebem equipamentos como quadras e ginásios esportivos. Rita Potiguara explica que esta flexibilização já existe, por exemplo, na grade curricular.

Saber tradicional

Segundo ela, o currículo das escolas indígenas tem os conhecimentos de uma escola tradicional e conteúdos de língua portuguesa, matemática, biologia, física, química e outras disciplinas. “Mas é um currículo que vai dialogar também com os saberes indígenas, os saberes tradicionais: as estruturas das línguas indígenas, os conhecimentos dos sábios, os modos de educar uma criança, que cada comunidade indígena tem seu modo de tratamento, de educar uma criança indígena”, explicou Rita Potiguara.

A deputada Professora Rosa Neide (PT-MT) lamenta que, apesar de a educação indígena ter sido contemplada no Plano Nacional de Educação (PNE), o tema ainda não esteja na agenda do país. Ela relata algumas dificuldades desta modalidade de ensino em seu estado. A grande distância até as aldeias, onde muitas vezes só se pode chegar de barco ou de avião, é um entrave para a construção dos prédios. Outra preocupação é com a manutenção das línguas maternas, muitas delas sem registros escritos. A parlamentar ressalta, no entanto, a importância que os caciques e membros mais velhos das comunidades indígenas dão à escola, que é gerenciada de maneira coletiva.

“Eles que decidem quem vai ser o diretor, como é que vai organizar a alimentação para os filhos, todo mundo se alimenta junto, todo mundo se organiza junto. O diretor participa de uma reunião na Secretaria de Educação e volta lá, reúne toda a comunidade para discutir o que foi orientado a ele. Quando tem a escola, a escola une mais o

coletivo, as pessoas todas têm a escola como referência. Então as comunidades indígenas respeitam muito a escola, querem a escola e a escola se torna a unidade das comunidades”, disse.

Abril indígena

Os participantes do debate comemoraram a oportunidade de trazer o assunto ao Congresso durante o “Abril Indígena”. Eles também citaram a realização do acampamento Terra Livre, que ocupa o canteiro central da Esplanada dos Ministérios até sexta-feira (26). A programação inclui uma audiência pública aqui na Câmara, promovida pelas Comissões de Meio Ambiente e de Direitos Humanos na manhã desta quinta-feira (25). O debate é sobre a participação dos indígenas na proteção do meio ambiente.

Também está prevista uma discussão sobre a Medida Provisória 870/19, que transferiu a Funai do Ministério da Justiça para o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, além de realocar da Funai para o Ministério da Agricultura as atribuições de demarcação e licenciamento ambiental de terras indígenas.

O DIA - PI - EDUCAÇÃO

Wellington defende maior participação da União no Fundeb

A inclusão na Constituição Federal do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) foi debatida nessa terça-feira (24) durante o 4º Fórum de Governadores, em Brasília. Para os gestores, é preciso haver uma maior participação do Governo Federal nos investimentos. Atualmente, a União contribui com 10% do recurso repassado aos estados e municípios brasileiros, para investimentos nessa área. Durante o encontro, o governador do Piauí, Wellington Dias (PT), declarou apoio à proposta apresentada pela governadora Fátima Bezerra (RN) que coloca a necessidade do Fundeb deixar de ser transitório e passar a ser permanente na Constituição Federal. "Fazer com que a participação da União possa crescer gradativamente e chegar a 40%, sendo 60% dos estados e municípios. Atualmente a União só entra com 10% do Fundeb. Sei das dificuldades, mas fazendo de forma gradativa, tem possibilidade", pontuou Dias. O encontro dessa terça-feira reuniu 24 governadores. Entre os temas abordados, está a dificuldade enfrentada pelos governos estaduais no atendimento a crianças em idade escolar, diante da falta de recursos.

[topo](#)

ZERO HORA - RS - COLUNAS

Educação domiciliar

Sou favorável ao ensino domiciliar - agora, já, sem a necessidade de medida provisória, aprovação do Congresso Nacional ou confirmação pelo Supremo Tribunal Federal. Mas não para substituir a escola: para ajudá-la.

Que os pais, em vez de transferir para a escola toda a responsabilidade pela educação de suas crianças e adolescentes, assumam o papel que lhes compete, especialmente no que se refere à atenção, ao acompanhamento e à imposição de limites. Que ensinem, em casa, principalmente pelo exemplo, o respeito aos professores e aos colegas, os princípios elementares de disciplina e os valores morais indispensáveis para a cidadania e a vida em sociedade. Que ofertem aos filhos parte do tempo que dispõem ao trabalho, às redes sociais e às diversões de adultos, proporcionando-lhes um ambiente alfabetizador e cultural, leituras, programas educativos e - o mais importante - compreensão, incentivo e apoio nas suas tarefas escolares.

Assim como todos podem aprender, todos podem ensinar. Esse tipo de ensino domiciliar a que me refiro pode ser exercido pelos tutores instruídos, que desconfiam da educação formal oferecida pela rede escolar, e também por famílias precárias, que delegam tudo aos professores. Uma vez, quando era repórter de uma revista de educação, perguntei a uma mestra como os pais podiam ajudar os filhos nas lições de casa, considerando que muitos não possuem formação suficiente nem conhecimento específico sobre as disciplinas ministradas.

- Mesa limpa! - ela me respondeu.

Como não entendi a resposta telegráfica, me explicou que os pais que oferecem um espaço adequado, horário determinado e olhar interessado para a criança fazer o seu tema já estão dando uma grande contribuição para o seu aprendizado, pois o desejável é que ela receba na escola as ferramentas e as instruções para trabalhar sozinha, para raciocinar, elaborar hipóteses e construir o próprio conhecimento. Se, além disso, puderem orientá-la nas dificuldades, sem fazer o trabalho por ela, melhor ainda.

Pais e mães também podem incluir no seu currículo de educação domiciliar exemplos e atitudes do dia a dia que ajudam a formar a personalidade dos jovens: harmonia e civilidade na vida familiar, valorização do trabalho e da persistência, gentileza no trânsito e nas relações sociais (jamais estacionar em fila dupla na frente da escola, por exemplo), apreço pela liberdade, pela honestidade e pela justiça, e, se possível, iniciativas de compaixão e solidariedade.

A escola instrui, aperfeiçoa, socializa, oferece conhecimento e preparação para a vida profissional, mas cabe à família formar o ser humano.

É em casa que a criança deve aprender a distinguir o certo do errado, a entender que sua vontade nem sempre deve prevalecer sobre a dos outros, a não ser agressiva, a respeitar pais, adultos e também outras crianças.

Educação domiciliar urgente! E escola sempre!

nilsonlsouza31@gmail.com

topo ↕

AMAZONAS NOTÍCIAS - ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Curso de capacitação em educação na Irlanda está com inscrições abertas no Amazonas

Capes selecionará 30 diretores, coordenadores ou supervisores pedagógicos brasileiros para um intercâmbio de 12 meses no país europeu

A **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** – por meio do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) – abriu as inscrições para o Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica na Irlanda, que levará 30 diretores, coordenadores ou supervisores pedagógicos brasileiros para um intercâmbio de 12 meses no país europeu. Ao todo, seis vagas serão destinadas à região Norte.

O programa tem o objetivo de promover a capacitação de profissionais que atuam na educação básica das redes pública ou privada (sem fins lucrativos) e em colégios militares. As aulas, que iniciam no dia 2 de agosto na Mary Immaculate College, na

cidade de Limerick, visam desenvolver nos participantes habilidades de liderança e gestão pedagógica, além de um treinamento intenso na língua inglesa.

“É uma oportunidade única para os profissionais da área da Educação no Amazonas. Essa troca de experiências em nível mundial enriquecerá bastante a prática pedagógica no Brasil. Afinal, [os selecionados] estarão em um centro educacional de ponta e conhecerão diretores, coordenadores e supervisores de diversas nacionalidades”, contou Adriana Moreno, diretora do Centro de Formação Profissional Pe. José Anchieta (Cepan), da Secretaria de Estado de Educação (Seduc-AM).

Requisitos – Os interessados em se candidatar ao Programa de Desenvolvimento de Profissionais da Educação Básica na Irlanda deverão atender a alguns requisitos, entre eles: ter obtido nota mínima estabelecida para o teste de proficiência em língua inglesa (TOEFL IBT, TOEFL ITP e IELTS); comprovar, no ato da inscrição, estar exercendo o cargo de diretor, coordenador ou supervisor pedagógico; e elaborar um projeto de trabalho para aperfeiçoamento em gestão pedagógica, a partir da sua própria experiência profissional e realidade socioeducacional.

Estas e outras informações podem ser conferidas no edital do programa, disponível no link <https://bit.ly/2GumxBy>.

topo ↕

BROADCAST - TEMPO REAL

Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP

Se já não bastassem os desafios inerentes ao Autismo, os mitos, a desinformação e o preconceito distanciam a sociedade das terapias que proporcionam qualidade de vida para quem é portador do transtorno. Pais de autistas e profissionais multidisciplinares que, de alguma forma, têm contato com autistas, também são vítimas de crenças limitantes que fazem com que o Brasil ainda patine na matéria. Pensando nisso, a psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga Luciana Garcia, uma das mais respeitadas estudiosas do assunto da Região Metropolitana de São Paulo, organizou o livro "Autismo - Práticas e Intervenções", que será lançado nesta semana, em Mogi das Cruzes-SP. Com 17 capítulos, a obra da Editora Memnon - Edições Científicas mescla experiências e a evolução do dia a dia de um autista com métodos cientificamente comprovados.

"Autismo - Práticas e Intervenções" teve pré-divulgação no início deste mês em Ribeirão Preto-SP, no interior do Estado, durante evento internacional voltado ao assunto, o "TEAbrço". A partir do lançamento em Mogi das Cruzes-SP, nesta quarta-feira (24 de abril), o livro estará disponível para venda. Durante coquetel, marcado para ter início às 19 horas, na Livraria Ler - Estância dos Reis (rua Carmela Dutra, 295 - Jardim Esplanada), Luciana e os 16 coautores do título estarão disponíveis para autógrafos e para conversarem com o público presente.

Psiquiatras, nutricionistas, educadores físicos, nutrólogos, fonoaudiólogos, psicomotricistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, pedagogos, psicólogos, além da mãe de um autista estão entre os escritores do livro. Comunicação, comportamento, distúrbios do sono e gastrointestinais, alergia alimentar, inclusão, educação infantil e intervenções assistidas por animais são alguns dos temas abordados na obra, que custa (valor médio) R\$ 76.

A maior parte dos coautores de "Autismo - Práticas e Intervenções" trabalha na Clínica Sinapses (rua Vereador José Silveira, 517 - Mogi Moderno, Mogi das Cruzes-SP), da qual Luciana é proprietária e coordenadora. Não de hoje, o espaço é um dos mais completos do Estado de São Paulo em tratamento para autistas, sendo, inclusive, referência para neurologistas conceituados em Autismo e que prescrevem a Terapia ABA e o Método Denver - reconhecidos como os mais eficazes para o transtorno.

Luciana, aliás, enxerga o lançamento do livro sobre Autismo como consequência da consolidação da Sinapses no mercado e da edificação de seu currículo no trato com autistas, o que se tornou, com o tempo, mais que uma responsabilidade profissional - se tornou paixão:

"A experiência que acumulei nas últimas décadas em Autismo foi por meio de estudo, cursos e especializações imprescindíveis frente aos casos que chegavam até mim. Nestes anos todos, vi de tudo: dificuldade dos pais em lidar com o transtorno do filho, resistência da família, ausência de habilidade nas escolas com alunos autistas e, não menos importante, muitas inverdades e invencionices que só atrapalham o desenvolvimento de um autista", valida Luciana.

A psicóloga, que atualmente cursa doutorado em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), explica que o livro também foi concebido em razão da necessidade de se esclarecer à sociedade que o Autismo, na condição de transtorno resultante de uma alteração genética, não tem cura, mas que é possível ter os sintomas controlados e minimizados por meio de tratamento específico. Para tanto, o diagnóstico precoce é primordial. Contudo, Luciana afirma que as terapias adequadas podem ter início em qualquer idade:

"A informação é a mais eficiente arma para se combater o preconceito. Uma vez combatido, o preconceito concede espaço à aceitação de que, por mais que o Autismo não tenha cura, é possível melhorar, e muito, a vida do portador. É preciso que dilatemos nossa visão, como sociedade, para este tema. Temos nossa responsabilidade, sim! Afinal, estudos indicam que, para 58 nascimentos, uma criança tem autismo".

Luciana ainda lembra que pesquisas recentes confirmam que, idade paterna avançada e o uso prolongado de ácido valproico - anticonvulsivante e estabilizador de humor prescrito para tratamento de epilepsia, convulsões, bipolaridade, depressão e enxaqueca - facilitam o surgimento do transtorno genético:

"Em Autismo - Práticas e Intervenções, falamos, também, sobre as pré-disposições. Por incrível que pareça, até vacinas já foram consideradas culpadas pelo surgimento do Autismo. Muitas lendas já foram desmistificadas nos últimos tempos, mas a Internet, infelizmente, ainda dá vida a elas. Desta forma, é necessário se informar corretamente, lançando mão de literaturas sérias, de estudos comprovados e de tratamento adequado, com o auxílio de um neurologista e de um psicólogo credenciados para diagnósticos desta natureza. Autismo não é castigo. Como diz um dos capítulos de nosso livro, Quando nasce um autista, renasce uma família".

Sobre a organizadora do livro

Psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga clínica, Luciana Garcia tem 42 anos, é

casada e tem dois filhos. É graduada em Psicologia, pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); formada em Terapia Cognitivo-Comportamental, pelo Instituto de Terapia Cognitiva "Ana Maria Serra"; especialista em Psicopedagogia, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; em Neuropsicologia e Reabilitação Neuropsicológica, pela Universidade de São Paulo (USP); em Avaliação Psicológica, pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG); e em Neurologia Clínica e Intensiva, pelo Hospital Israelita "Albert Einstein".

Luciana é doutoranda em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USP; mestre em Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação, pela Universidade Braz Cubas (UBC); e analista de comportamento (RBT-Registered Behavior Technician (Análise do Comportamento), pelo Florida Institute of Technology (FIT). No Brasil, ainda foi bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Com formação em Análise Aplicada ao Comportamento (ABA), a profissional é também proprietária e coordenadora da Clínica Sinapses, e autora dos livros "A Negação da Infância" e "Autismo: Práticas e Intervenções".

Website: <http://www.clinicassinapses.com.br>; memnon.com.br; www.booktoy.com.br

topo ↕

COMUNIQUE-SE - NOTÍCIAS

Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP

Autismo – Práticas e Intervenções é destinado a mães e a pais de autistas e a profissionais que atuam com portadores do transtorno; com 17 capítulos, obra da Editora Memnon – Edições Científicas tem coordenação da psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga Luciana Garcia

Se já não bastassem os desafios inerentes ao Autismo, os mitos, a desinformação e o preconceito distanciam a sociedade das terapias que proporcionam qualidade de vida para quem é portador do transtorno. Pais de autistas e profissionais multidisciplinares que, de alguma forma, têm contato com autistas, também são vítimas de crenças limitantes que fazem com que o Brasil ainda patine na matéria. Pensando nisso, a psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga Luciana Garcia, uma das mais respeitadas estudiosas do assunto da Região Metropolitana de São Paulo, organizou o livro "Autismo – Práticas e Intervenções", que será lançado nesta semana, em Mogi das Cruzes-SP. Com 17 capítulos, a obra da Editora Memnon – Edições Científicas mescla experiências e a evolução do dia a dia de um autista com métodos cientificamente comprovados.

"Autismo – Práticas e Intervenções" teve pré-divulgação no início deste mês em Ribeirão Preto-SP, no interior do Estado, durante evento internacional voltado ao assunto, o "TEAbraço". A partir do lançamento em Mogi das Cruzes-SP, nesta quarta-feira (24 de abril), o livro estará disponível para venda. Durante coquetel, marcado para ter início às 19 horas, na Livraria Ler – Estância dos Reis (rua Carmela Dutra, 295 – Jardim Esplanada), Luciana e os 16 coautores do título estarão disponíveis para autógrafos e para conversarem com o público presente.

Psiquiatras, nutricionistas, educadores físicos, nutrólogos, fonoaudiólogos, psicomotricistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, pedagogos,

psicólogos, além da mãe de um autista estão entre os escritores do livro. Comunicação, comportamento, distúrbios do sono e gastrointestinais, alergia alimentar, inclusão, educação infantil e intervenções assistidas por animais são alguns dos temas abordados na obra, que custa (valor médio) R\$ 76.

A maior parte dos coautores de “Autismo – Práticas e Intervenções” trabalha na Clínica Sinapses (rua Vereador José Silveira, 517 – Mogi Moderno, Mogi das Cruzes-SP), da qual Luciana é proprietária e coordenadora. Não de hoje, o espaço é um dos mais completos do Estado de São Paulo em tratamento para autistas, sendo, inclusive, referência para neurologistas conceituados em Autismo e que prescrevem a Terapia ABA e o Método Denver – reconhecidos como os mais eficazes para o transtorno.

Luciana, aliás, enxerga o lançamento do livro sobre Autismo como consequência da consolidação da Sinapses no mercado e da edificação de seu currículo no trato com autistas, o que se tornou, com o tempo, mais que uma responsabilidade profissional – se tornou paixão:

“A experiência que acumulei nas últimas décadas em Autismo foi por meio de estudo, cursos e especializações imprescindíveis frente aos casos que chegavam até mim. Nestes anos todos, vi de tudo: dificuldade dos pais em lidar com o transtorno do filho, resistência da família, ausência de habilidade nas escolas com alunos autistas e, não menos importante, muitas inverdades e invenções que só atrapalham o desenvolvimento de um autista”, valida Luciana.

A psicóloga, que atualmente cursa doutorado em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), explica que o livro também foi concebido em razão da necessidade de se esclarecer à sociedade que o Autismo, na condição de transtorno resultante de uma alteração genética, não tem cura, mas que é possível ter os sintomas controlados e minimizados por meio de tratamento específico. Para tanto, o diagnóstico precoce é primordial. Contudo, Luciana afirma que as terapias adequadas podem ter início em qualquer idade:

“A informação é a mais eficiente arma para se combater o preconceito. Uma vez combatido, o preconceito concede espaço à aceitação de que, por mais que o Autismo não tenha cura, é possível melhorar, e muito, a vida do portador. É preciso que dilatemos nossa visão, como sociedade, para este tema. Temos nossa responsabilidade, sim! Afinal, estudos indicam que, para 58 nascimentos, uma criança tem autismo”.

Luciana ainda lembra que pesquisas recentes confirmam que, idade paterna avançada e o uso prolongado de ácido valproico – anticonvulsivante e estabilizador de humor prescrito para tratamento de epilepsia, convulsões, bipolaridade, depressão e enxaqueca – facilitam o surgimento do transtorno genético:

“Em ‘Autismo – Práticas e Intervenções’, falamos, também, sobre as pré-disposições. Por incrível que pareça, até vacinas já foram consideradas culpadas pelo surgimento do Autismo. Muitas lendas já foram desmistificadas nos últimos tempos, mas a Internet, infelizmente, ainda dá vida a elas. Desta forma, é necessário se informar corretamente, lançando mão de literaturas sérias, de estudos comprovados e de tratamento adequado, com o auxílio de um neurologista e de um psicólogo credenciados para diagnósticos desta natureza. Autismo não é castigo. Como diz um dos capítulos de nosso livro,

‘Quando nasce um autista, renasce uma família’.

Sobre a organizadora do livro

Psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga clínica, Luciana Garcia tem 42 anos, é casada e tem dois filhos. É graduada em Psicologia, pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); formada em Terapia Cognitivo-Comportamental, pelo Instituto de Terapia Cognitiva “Ana Maria Serra”; especialista em Psicopedagogia, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; em Neuropsicologia e Reabilitação Neuropsicológica, pela Universidade de São Paulo (USP); em Avaliação Psicológica, pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG); e em Neurologia Clínica e Intensiva, pelo Hospital Israelita “Albert Einstein”.

Luciana é doutoranda em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USP; mestre em Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação, pela Universidade Braz Cubas (UBC); e analista de comportamento (RBT-Registered Behavior Technician (Análise do Comportamento), pelo Florida Institute of Technology (FIT). No Brasil, ainda foi bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Com formação em Análise Aplicada ao Comportamento (ABA), a profissional é também proprietária e coordenadora da Clínica Sinapses, e autora dos livros “A Negação da Infância” e “Autismo: Práticas e Intervenções”.

topo ↕

DOURADOS AGORA - TEMPO REAL

Mestrado gratuito em gestão e regulação de recursos hídricos está com 256 vagas abertas em 13 universidades

Até 6 de maio estarão abertas as inscrições para 256 vagas para o Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos (ProfÁgua). As inscrições para esta nova turma devem ser realizadas pelo site da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Ilha Solteira (SP), que é a instituição coordenadora do mestrado. Este curso tem 24 meses de duração, é presencial e possui atividades na modalidade de educação a distância (EaD).

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) em 2015, o ProfÁgua tem como objetivo proporcionar uma formação teórica e prática aos profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos, aprimorando suas competências pessoais e profissionais. Com este mestrado o intuito é qualificar este público para lidar com os desafios mais complexos da gestão e da regulação das águas no País. Nesse sentido, os trabalhos de conclusão deverão ter um caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

A ANA já investiu um pouco mais de R\$ 6,5 milhões para o funcionamento do curso nos seus primeiros anos de existência, através da descentralização de recursos para a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

Os candidatos devem anexar os documentos listados no Edital ProfÁgua nº 01/2019 e pagar uma taxa de inscrição de R\$ 70. Os interessados em concorrer deverão apresentar proposta de projeto de pesquisa que seja aderente a uma ou mais linhas de pesquisa do

mestrado, que são as seguintes: ferramentas aplicadas aos instrumentos de gestão de recursos hídricos; metodologias para implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos; planejamento e gestão de recursos hídricos; e segurança hídrica e usos múltiplos da água.

Além disso, os projetos devem seguir as normas do edital de abertura do processo seletivo, que será realizado por cada uma das 13 universidades públicas que oferecem o mestrado profissional este ano (veja a lista abaixo).

A seleção também terá uma fase de análise dos currículos dos candidatos no formato da Plataforma Lattes do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que constituirá a prova de títulos do processo seletivo. A análise de currículo levará em consideração o histórico escolar da graduação, experiência profissional, experiência em pesquisa e extensão nos últimos cinco anos e capacitação em cursos de especialização ou extensão nos últimos dez anos dentro das áreas correlatas ao ProfÁgua.

Além da análise da proposta de projeto de pesquisa, os candidatos terão que fazer uma prova de conhecimentos específicos sobre gestão e regulação de recursos hídricos, sendo que as referências bibliográficas mínimas estão disponíveis no site da UNESP.

Segundo o cronograma da seleção, as inscrições serão homologadas em 24 de maio e o resultado após os recursos será divulgado em 3 de junho. A prova de conhecimentos específicos acontecerá em 15 de junho e o gabarito sairá em 17 de junho. O resultado após os recursos está previsto para 26 de junho. No caso da prova de títulos e das propostas de projetos de pesquisa, as notas serão divulgadas em 8 de julho e o resultado após os recursos sairá em 15 de julho, mesmo dia em que será publicado o resultado final. As matrículas vão de 22 a 26 de julho e as aulas começarão em 12 de agosto em cada universidade participante do ProfÁgua.

Informações

Para mais informações sobre o processo seletivo do ProfÁgua os candidatos podem entrar em contato pelo e-mail profagua@unesp.br.

topo ↕

GAZETA DE VOTORANTIM - TEMPO REAL

Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP

Autismo - Práticas e Intervenções é destinado a mães e a pais de autistas e a profissionais que atuam com portadores do transtorno; com 17 capítulos, obra da Editora Memnon - Edições Científicas tem coordenação da psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga Luciana Garcia

Se já não bastassem os desafios inerentes ao Autismo, os mitos, a desinformação e o preconceito distanciam a sociedade das terapias que proporcionam qualidade de vida para quem é portador do transtorno. Pais de autistas e profissionais multidisciplinares que, de alguma forma, têm contato com autistas, também são vítimas de crenças limitantes que fazem com que o Brasil ainda patine na matéria. Pensando nisso, a psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga Luciana Garcia, uma das mais respeitadas estudiosas do assunto da Região Metropolitana de São Paulo, organizou o livro "Autismo - Práticas e Intervenções", que será lançado nesta semana, em Mogi das

Cruzes-SP. Com 17 capítulos, a obra da Editora Memnon - Edições Científicas mescla experiências e a evolução do dia a dia de um autista com métodos cientificamente comprovados.

"Autismo - Práticas e Intervenções" teve pré-divulgação no início deste mês em Ribeirão Preto-SP, no interior do Estado, durante evento internacional voltado ao assunto, o "TEAbrço". A partir do lançamento em Mogi das Cruzes-SP, nesta quarta-feira (24 de abril), o livro estará disponível para venda. Durante coquetel, marcado para ter início às 19 horas, na Livraria Ler - Estância dos Reis (rua Carmela Dutra, 295 - Jardim Esplanada), Luciana e os 16 coautores do título estarão disponíveis para autógrafos e para conversarem com o público presente.

Psiquiatras, nutricionistas, educadores físicos, nutrólogos, fonoaudiólogos, psicomotricistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, pedagogos, psicólogos, além da mãe de um autista estão entre os escritores do livro. Comunicação, comportamento, distúrbios do sono e gastrointestinais, alergia alimentar, inclusão, educação infantil e intervenções assistidas por animais são alguns dos temas abordados na obra, que custa (valor médio) R\$ 76.

A maior parte dos coautores de "Autismo - Práticas e Intervenções" trabalha na Clínica Sinapses (rua Vereador José Silveira, 517 - Mogi Moderno, Mogi das Cruzes-SP), da qual Luciana é proprietária e coordenadora. Não de hoje, o espaço é um dos mais completos do Estado de São Paulo em tratamento para autistas, sendo, inclusive, referência para neurologistas conceituados em Autismo e que prescrevem a Terapia ABA e o Método Denver - reconhecidos como os mais eficazes para o transtorno.

Luciana, aliás, enxerga o lançamento do livro sobre Autismo como consequência da consolidação da Sinapses no mercado e da edificação de seu currículo no trato com autistas, o que se tornou, com o tempo, mais que uma responsabilidade profissional - se tornou paixão:

"A experiência que acumulei nas últimas décadas em Autismo foi por meio de estudo, cursos e especializações imprescindíveis frente aos casos que chegavam até mim. Nestes anos todos, vi de tudo: dificuldade dos pais em lidar com o transtorno do filho, resistência da família, ausência de habilidade nas escolas com alunos autistas e, não menos importante, muitas inverdades e invenções que só atrapalham o desenvolvimento de um autista", valida Luciana.

A psicóloga, que atualmente cursa doutorado em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), explica que o livro também foi concebido em razão da necessidade de se esclarecer à sociedade que o Autismo, na condição de transtorno resultante de uma alteração genética, não tem cura, mas que é possível ter os sintomas controlados e minimizados por meio de tratamento específico. Para tanto, o diagnóstico precoce é primordial. Contudo, Luciana afirma que as terapias adequadas podem ter início em qualquer idade:

"A informação é a mais eficiente arma para se combater o preconceito. Uma vez combatido, o preconceito concede espaço à aceitação de que, por mais que o Autismo não tenha cura, é possível melhorar, e muito, a vida do portador. É preciso que dilatemos nossa visão, como sociedade, para este tema. Temos nossa responsabilidade,

sim! Afinal, estudos indicam que, para 58 nascimentos, uma criança tem autismo".

Luciana ainda lembra que pesquisas recentes confirmam que, idade paterna avançada e o uso prolongado de ácido valproico - anticonvulsivante e estabilizador de humor prescrito para tratamento de epilepsia, convulsões, bipolaridade, depressão e enxaqueca - facilitam o surgimento do transtorno genético:

"Em Autismo - Práticas e Intervenções, falamos, também, sobre as pré-disposições. Por incrível que pareça, até vacinas já foram consideradas culpadas pelo surgimento do Autismo. Muitas lendas já foram desmistificadas nos últimos tempos, mas a Internet, infelizmente, ainda dá vida a elas. Desta forma, é necessário se informar corretamente, lançando mão de literaturas sérias, de estudos comprovados e de tratamento adequado, com o auxílio de um neurologista e de um psicólogo credenciados para diagnósticos desta natureza. Autismo não é castigo. Como diz um dos capítulos de nosso livro, Quando nasce um autista, renasce uma família".

Sobre a organizadora do livro

Psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga clínica, Luciana Garcia tem 42 anos, é casada e tem dois filhos. É graduada em Psicologia, pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); formada em Terapia Cognitivo-Comportamental, pelo Instituto de Terapia Cognitiva "Ana Maria Serra"; especialista em Psicopedagogia, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; em Neuropsicologia e Reabilitação Neuropsicológica, pela Universidade de São Paulo (USP); em Avaliação Psicológica, pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG); e em Neurologia Clínica e Intensiva, pelo Hospital Israelita "Albert Einstein".

Luciana é doutoranda em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USP; mestre em Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação, pela Universidade Braz Cubas (UBC); e analista de comportamento (RBT-Registered Behavior Technician (Análise do Comportamento), pelo Florida Institute of Technology (FIT). No Brasil, ainda foi bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Com formação em Análise Aplicada ao Comportamento (ABA), a profissional é também proprietária e coordenadora da Clínica Sinapses, e autora dos livros "A Negação da Infância" e "Autismo: Práticas e Intervenções".

Website: <http://www.clinicassinapses.com.br>; memnon.com.br; www.booktoy.com.br

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

Evento é organizado pelo Centro de Desenvolvimento de Materiais Funcionais e acontece na UFSCar em maio

Nos dias 23 e 24 de maio, a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) sediará o I Simpósio de Pesquisa e Inovação em Materiais Funcionais (SPIMF), realizado pelo Centro de Desenvolvimento de Materiais Funcionais (CDMF).

O objetivo é divulgar os avanços mais recentes na síntese e desenvolvimento de materiais funcionais, principalmente os relacionados às áreas de Energia, Meio Ambiente e Saúde, de enorme interesse e importância na atualidade, e, também, na Teoria, fundamental à melhor compreensão das propriedades físico-químicas e dos

fenômenos associados a esses materiais.

O evento é destinado a pesquisadores em todos os níveis, desde a iniciação científica até o pós-doutorado, docentes, técnicos e quaisquer outras pessoas interessadas em conhecer melhor a área.

A expectativa dos organizadores é que, além da divulgação das pesquisas em andamento, o evento promova o contato entre as pessoas presentes, proporcionando uma importante rede de conhecimentos e o intercâmbio de ideias e saberes. Um diferencial do SPIMF é que a organização do evento está a cargo de jovens pesquisadores, em fase de realização do doutorado ou do pós-doutorado, que avaliam a experiência como muito importante para a futura carreira.

A programação terá palestrantes brasileiros, espanhóis e argentinos que são referência em suas áreas, atuantes tanto no setor acadêmico quanto em empresas, e que, segundo os organizadores, trazem para o evento amplo conhecimento prático, profunda visão integradora entre pesquisa e inovação e apurada experiência didática. Também haverá apresentações de resumos na forma de pôster.

O envio de resumos pode ser feito até o dia 30 de abril, e as inscrições para participação como ouvinte podem ser feitas até 10 de maio. Todas as informações sobre o envio de resumos, bem como o detalhamento da programação, estão no site do SPIMF, em <http://cdmf.org.br/spimf2019/>.

O Simpósio tem o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

CDMF

O CDMF é um dos Centros de Pesquisa, Inovação e Difusão (Cepids) apoiados pela Fapesp, e recebe também investimento do CNPq, a partir do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia dos Materiais em Nanotecnologia (INCTMN). Multidisciplinar e com inserção internacional, o Centro reúne pesquisadores da UFSCar, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Universidade de São Paulo (USP), Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais (CNPEM), Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN), Universidade Federal do ABC (UFABC), Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Centro de Tecnologia de Informação Renato Archer (CTI).

O CDMF atua no desenvolvimento de materiais funcionais e nanoestruturados, que buscam atender as novas demandas da sociedade em três áreas estratégicas: Energia, Saúde e Meio Ambiente e Sustentabilidade. Mais informações em cdmf.org.br.

Ascom UFSCar

topo ↕

NEGÓCIOS EM FOCO - TEMPO REAL

Autismo : enfrentar a desinformação e o preconceito é objetivo de livro que será lançado em Mogi das Cruzes-SP

Autismo – Práticas e Intervenções é destinado a mães e a pais de autistas e a profissionais que atuam com portadores do transtorno; com 17 capítulos, obra da

Editora Memnon – Edições Científicas tem coordenação da psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga Luciana Garcia

Se já não bastassem os desafios inerentes ao Autismo, os mitos, a desinformação e o preconceito distanciam a sociedade das terapias que proporcionam qualidade de vida para quem é portador do transtorno. Pais de autistas e profissionais multidisciplinares que, de alguma forma, têm contato com autistas, também são vítimas de crenças limitantes que fazem com que o Brasil ainda patine na matéria. Pensando nisso, a psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga Luciana Garcia, uma das mais respeitadas estudiosas do assunto da Região Metropolitana de São Paulo, organizou o livro “Autismo – Práticas e Intervenções”, que será lançado nesta semana, em Mogi das Cruzes-SP. Com 17 capítulos, a obra da Editora Memnon – Edições Científicas mescla experiências e a evolução do dia a dia de um autista com métodos cientificamente comprovados.

“Autismo – Práticas e Intervenções” teve pré-divulgação no início deste mês em Ribeirão Preto-SP, no interior do Estado, durante evento internacional voltado ao assunto, o “TEAabraço”. A partir do lançamento em Mogi das Cruzes-SP, nesta quarta-feira (24 de abril), o livro estará disponível para venda. Durante coquetel, marcado para ter início às 19 horas, na Livraria Ler – Estância dos Reis (rua Carmela Dutra, 295 – Jardim Esplanada), Luciana e os 16 coautores do título estarão disponíveis para autógrafos e para conversarem com o público presente.

Psiquiatras, nutricionistas, educadores físicos, nutrólogos, fonoaudiólogos, psicomotricistas, fisioterapeutas, terapeutas ocupacionais, psicopedagogos, pedagogos, psicólogos, além da mãe de um autista estão entre os escritores do livro. Comunicação, comportamento, distúrbios do sono e gastrointestinais, alergia alimentar, inclusão, educação infantil e intervenções assistidas por animais são alguns dos temas abordados na obra, que custa (valor médio) R\$ 76.

A maior parte dos coautores de “Autismo – Práticas e Intervenções” trabalha na Clínica Sinapses (rua Vereador José Silveira, 517 – Mogi Moderno, Mogi das Cruzes-SP), da qual Luciana é proprietária e coordenadora. Não de hoje, o espaço é um dos mais completos do Estado de São Paulo em tratamento para autistas, sendo, inclusive, referência para neurologistas conceituados em Autismo e que prescrevem a Terapia ABA e o Método Denver – reconhecidos como os mais eficazes para o transtorno.

Luciana, aliás, enxerga o lançamento do livro sobre Autismo como consequência da consolidação da Sinapses no mercado e da edificação de seu currículo no trato com autistas, o que se tornou, com o tempo, mais que uma responsabilidade profissional – se tornou paixão:

“A experiência que acumulei nas últimas décadas em Autismo foi por meio de estudo, cursos e especializações imprescindíveis frente aos casos que chegavam até mim. Nestes anos todos, vi de tudo: dificuldade dos pais em lidar com o transtorno do filho, resistência da família, ausência de habilidade nas escolas com alunos autistas e, não menos importante, muitas inverdades e invenções que só atrapalham o desenvolvimento de um autista”, valida Luciana.

A psicóloga, que atualmente cursa doutorado em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP), explica

que o livro também foi concebido em razão da necessidade de se esclarecer à sociedade que o Autismo, na condição de transtorno resultante de uma alteração genética, não tem cura, mas que é possível ter os sintomas controlados e minimizados por meio de tratamento específico. Para tanto, o diagnóstico precoce é primordial. Contudo, Luciana afirma que as terapias adequadas podem ter início em qualquer idade:

“A informação é a mais eficiente arma para se combater o preconceito. Uma vez combatido, o preconceito concede espaço à aceitação de que, por mais que o Autismo não tenha cura, é possível melhorar, e muito, a vida do portador. É preciso que dilatemos nossa visão, como sociedade, para este tema. Temos nossa responsabilidade, sim! Afinal, estudos indicam que, para 58 nascimentos, uma criança tem autismo”.

Luciana ainda lembra que pesquisas recentes confirmam que, idade paterna avançada e o uso prolongado de ácido valproico – anticonvulsivante e estabilizador de humor prescrito para tratamento de epilepsia, convulsões, bipolaridade, depressão e enxaqueca – facilitam o surgimento do transtorno genético:

“Em ‘Autismo – Práticas e Intervenções’, falamos, também, sobre as pré-disposições. Por incrível que pareça, até vacinas já foram consideradas culpadas pelo surgimento do Autismo. Muitas lendas já foram desmistificadas nos últimos tempos, mas a Internet, infelizmente, ainda dá vida a elas. Desta forma, é necessário se informar corretamente, lançando mão de literaturas sérias, de estudos comprovados e de tratamento adequado, com o auxílio de um neurologista e de um psicólogo credenciados para diagnósticos desta natureza. Autismo não é castigo. Como diz um dos capítulos de nosso livro, ‘Quando nasce um autista, renasce uma família’.

Sobre a organizadora do livro

Psicóloga, psicopedagoga e neuropsicóloga clínica, Luciana Garcia tem 42 anos, é casada e tem dois filhos. É graduada em Psicologia, pela Universidade de Mogi das Cruzes (UMC); formada em Terapia Cognitivo-Comportamental, pelo Instituto de Terapia Cognitiva “Ana Maria Serra”; especialista em Psicopedagogia, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo; em Neuropsicologia e Reabilitação Neuropsicológica, pela Universidade de São Paulo (USP); em Avaliação Psicológica, pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação (IPOG); e em Neurologia Clínica e Intensiva, pelo Hospital Israelita “Albert Einstein”.

Luciana é doutoranda em Neurologia Infantil, no Departamento de Pediatria da Faculdade de Medicina da USP; mestre em Semiótica, Tecnologia da Informação e Educação, pela Universidade Braz Cubas (UBC); e analista de comportamento (RBT-Registered Behavior Technician (Análise do Comportamento), pelo Florida Institute of Technology (FIT). No Brasil, ainda foi bolsista da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**.

Com formação em Análise Aplicada ao Comportamento (ABA), a profissional é também proprietária e coordenadora da Clínica Sinapses, e autora dos livros “A Negação da Infância” e “Autismo: Práticas e Intervenções”.

Website: <http://www.clinicassinapses.com.br>; memnon.com.br; www.booktoy.com.br

topo ↕

O DIA - RJ - TEMPO REAL

Jovem caxiense consegue estágio na NASA: ‘Existe espaço pra meninas negras’ Astrônoma da UFRJ conseguiu bolsa de pesquisa e pretende incentivar outros estudantes

Duque de Caxias - A maior agência de pesquisas aeroespacial do planeta virou local de estudo para uma jovem de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Desde o início do ano, Carolyne Oliveira, de 27 anos, vem frequentando a NASA's Goddard Space Flight Center (Centro de Voos Espaciais Goddard, em tradução livre), em Greenbelt, Maryland, nos Estados Unidos, para aprimorar a própria pesquisa de mestrado.

A jovem, moradora do bairro da Vila Meriti, é aluna da UFRJ e tem como objeto de estudo a astrofísica extragaláctica. Em linhas gerais, Carolyne estuda uma semelhança entre as diferentes galáxias do universo.

“Eu sou aluna de mestrado no Observatório do Valongo (UFRJ) e a minha pesquisa é focada em astrofísica extragaláctica. Eu uso dados provenientes de vários telescópios junto com muita física e computação para entender como as galáxias evoluem pelo universo. Na colaboração na NASA, com a pesquisadora Dra. Antara Basu-zych, eu analiso como as propriedades físicas e a aparência dessas galáxias estão conectadas entre si e como a presença ou não de outras galáxias ao seu redor pode determinar o porquê dessas galáxias serem similares a galáxias distantes”, detalhou a estudante.

Formada em Astronomia pela própria UFRJ, Carolyne conseguiu uma bolsa de pesquisa pelo Programa Geral de Cooperação Internacional (PGCI) financiada pela **CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**, que é um programa para incentivar o intercâmbio de estudantes brasileiros no exterior. A astrônoma volta para Caxias no fim deste mês já com planos para retornar aos EUA. É lá que a astrônoma pretende fazer o doutorado.

Carolyne pretende fazer o doutorado nos Estados Unidos - Arquivo pessoal

“A minha orientadora no Brasil, Dra. Karin Menendez Delmestre, conseguiu essa bolsa pra mim e uma outra estudante (Camila de Sá Freitas) para passar 4 meses na NASA's Goddard Space Flight Center. O próximo passo é o doutorado, que eu espero que seja aqui nos EUA”, afirmou.

“Conhecimento é um bem”

Apesar de estar realizando um sonho, Carolyne confessou que nunca pensou que um dia estaria estudando na NASA. Ela passou por dificuldades para concluir a graduação, mas não desistiu dos estudos em astronomia. A jovem pretende agora ser um exemplo para outras meninas da periferia.

“Quando eu comecei a graduação em astronomia não imaginava que um dia estaria nos EUA colaborando com pesquisadores da NASA. Acho que só segui os conselhos da minha mãe que conhecimento é o único bem que ela poderia deixar pra mim e ninguém pode tirar de mim. Foi muito trabalhoso para mim e para a minha família, em especial a minha mãe, para que eu conseguisse terminar a faculdade. É importante mostrar para outras meninas negras que existe espaço para elas em qualquer ambiente de trabalho”, finalizou Carolyne.

topo ↕

PORTAL AMAZÔNIA - BRASIL

Mortalidade de árvores da Amazônia acontece em meses chuvosos mesmo em ano de seca

Vinte por cento da morte dessas árvores ocorre em janeiro e eventos climáticos podem causar mortalidade até dois anos após o evento

Eventos extremos provocados pelas mudanças climáticas estão afetando o padrão de mortalidade da dinâmica da floresta amazônica. Estudo que analisou dados mensais de 52 anos de monitoramento de mais de 200 espécies mostrou que a seca (menos que 100 milímetros de chuva por mês) aumenta a chance de morte das árvores, mas elas morreram mais durante o mês chuvoso de janeiro, mesmo em anos de seca extrema.

Janeiro é um mês chuvoso e de transição da estação seca (junho a novembro) para chuvosa (dezembro a maio) e possui alta precipitação e registro de tempestades de ventos. Árvores debilitadas de uma estação seca severa anterior costumam cair, quebrar, desenraizar durante o período de chuva. Para ter uma ideia do peso da chuva, aproximadamente 20% de todas as mortes de árvores aconteceram no mês de janeiro durante as cinco décadas analisadas. Em setembro, um dos meses mais secos do ano, também há uma taxa alta de mortalidade (12%), porém estatisticamente inferior a janeiro.

“Isso é uma novidade, porque todo mundo sempre fala que a morte das árvores aqui acontece na seca. Com as análises mensais e não anuais ou multianuais como os estudos costumam ser feitos, vimos que a seca é importante para determinar o momento de morte, mas as árvores não morrem imediatamente, e sim nos meses posteriores, porque ficam debilitadas e morrem com os fortes ventos que ocorrem nessa mudança de estação seca para a chuvosa”, explicou Izabela Aleixo, engenheira florestal, doutoranda de Ecologia do Inpa e primeira autora do trabalho “Clima e características funcionais de espécies determinam a mortalidade de árvores na floresta Amazônica” publicado na segunda-feira (22) na revista científica Nature Climate Change.

Segundo Aleixo, a análise dos dados de mortalidade de grandes árvores da Amazônia Central presentes na Reserva Florestal Adolpho Ducke e na Estação Experimental de Silvicultura Tropical, áreas de pesquisa do Inpa, foi possível por conta da longa série temporal que o Instituto possui. Desde 1965, técnicos monitoram todos os meses essas árvores para avaliar as características fonológicas – como as plantas se desenvolvem no decorrer de diferentes fases – e mais recente para ver a mortalidade.

O estudo também leva a assinatura de Darren Norris (Universidade Federal do Amapá/Ufap e orientador de Izabela Aleixo), Lia Hemerik (Universidade de Wageningen/Holanda), Antenor Barbosa (pesquisador do Inpa), Eduardo Prata (Pós-doutorando pelo Inpa), Flávia Costa (Pesquisadora do Inpa), LourensPoorter (Universidade de Wageningen/Holanda).

Eventos climáticos

A pesquisa identificou que eventos climáticos extremos relacionados com o El Niño (seca) e La Niña (chuva) e variações no Atlântico Tropical Norte, são acontecimentos globais que afetam os padrões de mortalidade nas áreas da Amazônia Central. Isso está relacionado com eventos de seca ou de chuva extremos e de grandes ventos que são capazes de derrubar as árvores.

Para a Bacia Amazônica, as taxas de mortalidade das árvores variam de 1% a 3% ao ano. No estudo foi encontrada uma taxa de mortalidade de árvores adultas de 0,9% ao ano. Porém, em ano de El Niño como em 1982, essa taxa subiu para 2,5%, e em ano sob a influência do Atlântico, como 2005, a mortalidade alcançou 2,2%, mostrando que esses eventos globais relacionados às mudanças climáticas mais do que dobraram a taxa de mortalidade das árvores.

Os cientistas destacam que as espécies que morrem nesses eventos são espécies de determinados grupos ecológicos, como as espécies de madeira mais leve (baixa densidade da madeira), as pioneiras de rápido crescimento e menos resistentes à seca, e aquelas que permanecem com a copa completa de folhas durante todo o ano, ou seja, não tem a capacidade de perder as folhas sazonalmente durante a seca para evitar a perda de água pelas folhas.

“As mudanças climáticas estão afetando os padrões de mortalidade e a dinâmica da floresta amazônica, isso pode alterar os ciclos hidrológico e o estoque de carbono na maior floresta tropical do mundo e tem um papel importante para todo clima global”, disse Aleixo. “Então, é preciso olhar para as mudanças do clima e entender como isso afeta as nossas vidas, os produtos que vem da floresta e todo os serviços ecossistêmicos que essas florestas trazem para o mundo todo”, completou Aleixo, que participou do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE/Capes) na Universidade de Wageningen na Holanda.

Padrão de Mortalidade de grupos ecológicos

As árvores pioneiras (aquelas que crescem rápido e colonizam áreas recém-abertas) ou com densidade da madeira mais leve, como a Andiroba (*Carapa spp.*), Lacre (*Vismia spp.*) e Murici (*Byrsonima spp.*), apresentam rápidos ciclos de vida e são mais suscetíveis a morrer primeiro que as espécies tardias (aquelas que crescem lentamente no interior da floresta), ou que possuem madeira mais densa, chamadas de espécies de madeira nobre, como o Angelim (*Dinizia excelsa*), Casca preciosa (*Anibacanelilla*), Acariquara (*Minquartiaguianensis*) e Massaranduba (*Manilkara spp.*).

As espécies pioneiras e de madeira leve investem mais em crescimento, o que acaba diminuindo as taxas de sobrevivência, enquanto as espécies tardias e de madeira dura investem mais em segurança. As árvores decíduas (aquelas que perdem regularmente suas folhas e permanecem com a copa desfolhada por certo período durante a seca) tiveram uma menor mortalidade quando comparadas às árvores de espécies que permanecem com a copa cheia de folhas durante todo o ano. Isso mostra que a capacidade de ficar sem folhas pode ajudar a planta a evitar o stress da seca, pois diminui a transpiração de água pelas folhas e diminui o peso das copas durante as tempestades.

topo ↕

JORNAL DA PARAÍBA - PB - TEMPO REAL

UFCG é uma das 13 universidades brasileiras com vagas em mestrado em Gestão de Recursos Hídricos

São 20 vagas no curso gratuito oferecidas no Campus de Sumé; veja os detalhes do edital.

O Campus de Sumé da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) é um dos 14 polos de 13 universidades brasileiras que estão oferecendo vagas gratuitas para o

Mestrado Profissional em Rede Nacional em Gestão e Regulação de Recursos Hídricos. São 20 vagas para o polo paraibano e as inscrições devem ser feitas pela internet, no site da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

As inscrições seguem até o dia 6 e a taxa de inscrição é de R\$ 70. Os interessados devem apresentar proposta de projeto de pesquisa dentro das linhas de pesquisa propostas. O curso presencial tem duração de 24 meses e está previsto para começar em agosto. O edital completo e todos os documentos relacionados à seleção podem ser conferidos no site da Unesp.

Curso fomentado pela ANA

Fomentado pela Agência Nacional de Águas (ANA) desde 2015, o programa pretende oferecer formação teórica e prática a profissionais e pesquisadores da área de recursos hídricos. O órgão investiu mais de R\$ 6,5 milhões no curso e a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** avaliou o mestrado com a nota 4, a maior para novos cursos.

O objetivo é qualificar profissionais para lidar com os desafios da gestão e da regulação das águas no País. Por isso, os trabalhos de conclusão devem ter caráter de conhecimento aplicado, podendo ser no formato de manuais operativos, relatórios técnicos, aplicativos, patentes, artigos, sistemas ou mesmo dissertações.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

Ministro da Educação debate Fundeb e PNE com senadores

Abraham Weintraub também deve comparecer a uma audiência na Comissão de Educação do Senado na primeira semana de maio

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, recebeu na terça-feira (23) deputados e senadores para debater o Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação) e o PNE (Plano Nacional de Educação).

Segundo o vice-presidente da Comissão de Educação do Senado, senador Flávio Arns (Rede-PR), que esteve com o ministro esta tarde, Weintraub aceitou o convite para comparecer a uma audiência na comissão, no dia 7 de maio.

"Ele aceitou. Já tinha aceitado verbalmente, agora se mostrou disponível para comparecer à comissão e debater", disse à Agência Brasil.

O Fundeb foi um dos assuntos prioritários do encontro. Pela legislação vigente, o Fundeb, uma das principais fontes de financiamento dos municípios e estados do país, continua existindo até o final de 2020. Para evitar que estados e municípios fiquem sem a garantia de recursos, é preciso que o Congresso Nacional aprove uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) mantendo o fundo.

Propostas com conteúdos semelhantes tramitam tanto no Senado Federal (PEC 33/2019) quanto na Câmara dos Deputados (PEC 15/2015). Os textos aumentam a contribuição mínima dada pela União dos atuais 10% para 50%, no caso do texto da Câmara, ou para 30% no caso do texto do Senado.

De acordo com Arns, o ministro não chegou a tratar da complementação. Para o

senador, entretanto, o assunto precisa ser discutido. "É preciso ter clareza bastante grande, isso tem que ser bem discutido para se ver o que é necessário", diz.

O PNE (Lei 13.005/2014) também foi citado no encontro, segundo o senador. A lei prevê metas e estratégias para melhorar a educação até 2024. Entre as metas está a inclusão de todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos na escola e a elevação do investimento em educação.

"Nós, parlamentares, estamos debatendo os temas, legislando, mas a execução de tudo isso é do Executivo. A gente tem que se empenhar ao máximo para que as coisas deem certo, sejam executáveis, que as leis sejam bem discutidas. Para que a execução de fato aconteça, a gente tem que trabalhar muito junto com o Executivo e com a sociedade em geral", defendeu Arns.

O ministro reuniu-se ainda com o presidente da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, deputado federal Pedro Cunha Lima (PSDB-PB) e outros parlamentares.

topo ↕

R7 - TEMPO REAL

MEC analisa programa de incentivo ao ensino médio integral

Ministério destinou R\$ 800 milhões para a área em 2018. Governo quer ver como os recursos estão sendo gastos pelos Estados

O MEC (Ministério da Educação) está reavaliando o Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. A intenção da pasta é verificar como os recursos estão sendo usados nos Estados para definir os próximos passos do incentivo, de acordo com o diretor de Ações Educacionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Arcione Ferreira Viagi.

Viagi participou terça-feira (23), na Câmara dos Deputados, do seminário Tempo integral: Alternativa para o Ensino Médio Brasileiro. O programa, criado em 2016, foi citado pelos participantes como fundamental para incentivar que as escolas de ensino médio ofereçam mais tempo de atividades aos estudantes.

"Precisamos ver como está a execução desses recursos", disse Viagi. Ele explicou que o FNDE, autarquia responsável por gerir os recursos repassados pelo MEC para estados e municípios, está realizando uma análise para entender a relação do investimento feito nas escolas com a melhoria dos resultados dos estudantes.

Mais especificamente no Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, foram liberados R\$ 800 milhões, previstos desde o ano passado. "O presidente do FNDE [Carlos Alberto Decotelli] está rodando o Brasil mostrando a disponibilidade de recursos hoje nos bancos, que não estão sendo aplicados. Os secretários às vezes se assustam ao ver o volume de recursos que está parado".

Continuidade

O Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral foi lançado para ajudar os estados a implementarem o novo ensino médio. A intenção do novo modelo é oferecer aos estudantes uma formação que os aproxime do mercado de trabalho, da vida universitária e do caminho que querem seguir, possibilitando que escolham o que aprender em parte das horas que ficam na escola. Para isso, as redes de ensino devem aumentar o tempo de aula. Hoje, a maior parte dos estudantes fica 5h por

dia na escola. Esse tempo deverá chegar a 7h.

O tempo integral está previsto também no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei 13.005/2014, que estabelece que, no mínimo, 25% dos estudantes do país sejam atendidos em jornadas diárias de 7h ou mais até 2024. Em 2017, 15,3% das matrículas eram em educação em tempo integral. No Ensino Médio, apenas 9,5% das escolas são em tempo integral.

A manutenção da ajuda do MEC aos estados é preocupação sobretudo dos secretários de educação estaduais, que são responsáveis pela maior parte das matrículas do ensino médio.

“Muitos estados iniciaram a expansão do ensino integral no ensino médio a partir do projeto de fomento do MEC. Esses estados precisam dessa complementação porque a escola integral tem demandas fortes de reorganização da infraestrutura, tem a questão dos laboratórios, dos ambientes de vivência. Essas coisas não estão contempladas pelo senso comum das políticas públicas de financiamento da educação”, disse o representante do Conselho Nacional dos Secretários de Educação (Consed), Aléssio Trindade.

Esclarecimentos

Para dar mais segurança aos estados, o deputado federal, Idilvan Alencar (PDT-CE) pretende enviar ao MEC um requerimento de informação questionando se haverá um novo edital para fomentar o aumento da escola em tempo integral e se os editais vigentes continuarão a ser pagos aos entes federados.

“A continuidade ou não gera certa inquietação das escolas porque o MEC não se pronunciou sobre isso”, disse. O requerimento será apresentado amanhã (24) à Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Aprovado, será encaminhado à pasta.

Tempo integral

“O que nós chamamos de escola em tempo integral, o mundo desenvolvido chama de escola e isso faz muita diferença. Quando a gente compara o sistema de educação brasileiro ao europeu não estamos comparando a mesma coisa. Com o ensino integral vamos só estar chegando ao modelo que é o básico no resto do mundo”, defendeu o diretor de Estratégia Política do Movimento Todos pela Educação, João Marcelo Borges.

As redes que já possuem escolas em tempo integral têm mostrado resultados positivos. Em Pernambuco, estado considerado modelo nesse quesito, 57% das vagas ofertadas no ensino médio são atendidas por unidades de tempo integral.

No estado, os estudantes saltaram da 22ª posição no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) em 2007, para a terceira em 2017. Além disso, a rede é destaque por ter a menor desigualdade de aprendizagem do Brasil.